



# Diário Oficial Eletrônico



Teresina (PI), Quinta-Feira, 10 de outubro de 2019 - Edição nº 194/ 2019

## CONSELHEIROS

Abelardo Pio Vilanova e Silva  
(Presidente)

Luciano Nunes Santos

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kleber Dantas Eulálio

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

## PROCURADORES

Leandro Maciel do Nascimento  
(Procurador-Geral)

José Araújo Pinheiro Júnior

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Plínio Valente Ramos Neto

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

### Secretário das Sessões em Exercício

Marcus Vinicius de Lima Falcão

Projeto Gráfico e Diagramação

José Luís Silva

TERESINA - PI, Disponibilização: Quarta-feira, 09 de outubro de 2019

Publicação: Quinta-feira, 10 de outubro de 2019.

(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

## SUMÁRIO

ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	02
ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS.....	03
DECISÕES MONOCRÁTICAS.....	20
PAUTAS DE JULGAMENTO .....	56

## ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAUI



[www.tce.pi.gov.br](http://www.tce.pi.gov.br)



<https://www.youtube.com/user/TCEPiaui>



[www.facebook.com/tce.pi.gov.br](https://www.facebook.com/tce.pi.gov.br)



@Tcepi



tce\_pi

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 754/19

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no requerimento protocolado sob o nº 017948/2019,

R E S O L V E:

Conceder ao Conselheiro OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO, matrícula nº 97274-6, 10 (dez) dias de Licença para Tratamento de Saúde, a partir do dia 09/10/2019, com base no art. 69, I da Lei Complementar nº 35, de 14/03/79 – LOMAN.

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 09 de outubro de 2019.

(assinada digitalmente)  
Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA  
Presidente do TCE/PI

PORTARIA Nº 755/19

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Convocar o Conselheiro Substituto DELANO CARBEIRO DA CUNHA CÂMARA para substituir o Conselheiro OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO, no período de 09 a 18 de outubro de 2019 (dez) dias, em virtude do mesmo se encontrar em Licença para Tratamento de Saúde, conforme Portaria nº 754/19 (Processo TC/017948/2019), com base no art. 88, § 5º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 8º da Lei nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado).

Publique-se, cientifique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 09 de outubro de 2019.

(assinada digitalmente)  
Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA  
Presidente do TCE/PI

## Acórdãos e Pareceres Prévios

PROCESSO TC Nº 002103/2019

ACÓRDÃO Nº. 1.697/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PLENÁRIO

DECISÃO Nº. 1185/2019

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 33, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

OBJETO DA REPRESENTAÇÃO: AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, REPRESENTADO PELO PROCURADOR PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO.

REPRESENTADO: ARNILTON NOGUEIRA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

ADVOGADOS: ADVOGADO(S): MÁRCIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES – OAB/PI Nº 4.703 E LUANNA GOMES PORTELA – OAB/PI Nº 10.959 (PROCURAÇÃO À FL. 2 DA PASTA Nº 17).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

Representação formulada contra o Sr. Arnilton Nogueira dos Santos – Prefeito do Município de Novo Oriente do Piauí, Exercício Financeiro de 2018. Pendências nas Prestações de Contas. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Improcedência. Não aplicação de multa. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 11), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, divergindo do parecer ministerial, pela improcedência da presente Representação, por compreender que os argumentos e fundamentos apresentados na Petição de Defesa foram suficientes para descaracterizar o objeto, porque demonstrado que o gestor tornou-se adimplente por ter enviado os documentos componentes das Prestações de Contas Mensais referentes aos meses de janeiro a setembro do exercício financeiro de 2018, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 19).

Ausente por motivo justificado quando da apreciação do presente processo, o Cons. Luciano Nunes Santos.

Presentes os Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Presidente), Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio e o Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir a Consª. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Subprocurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 26 de setembro de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator

PROCESSO TC Nº 002126/2019

ACÓRDÃO Nº. 1698./2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PLENÁRIO

DECISÃO Nº. 1186/2019

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 33, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

OBJETO DA REPRESENTAÇÃO: AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM AS PRESTAÇÕES DE CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, REPRESENTADO PELO PROCURADOR MARCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

REPRESENTADO: CLAUDIVON MARTINS ALVES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO CABEÇA NO TEMPO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: MARCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Representação formulada contra o Sr. Claudivon Martins Alves – Presidente da Câmara Municipal de Morro Cabeça no Tempo, Exercício Financeiro de 2018. Pendências nas Prestações de Contas. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Improcedência. Não aplicação de multa. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da DFAM (peça nº 17), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 18), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, divergindo do parecer ministerial, pela improcedência da presente Representação, por compreender que os argumentos e fundamentos apresentados na Petição de Defesa foram suficientes para descaracterizar o objeto da Representação, porque demonstrado que o gestor tornou-se adimplente por ter enviado os documentos componentes da Prestação de Contas Mensal referente ao mês de outubro do exercício financeiro de 2018, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 26).

Ausente por motivo justificado quando da apreciação do presente processo, o Cons. Luciano Nunes Santos.

Presentes os Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Presidente), Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio e o Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir a Consª. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Subprocurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 26 de setembro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC Nº. 006101/2017

ACÓRDÃO Nº 1.674/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº 460/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 35, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA.

GESTOR/CARGO/PERÍODO DE GESTÃO: RONNIVOM DE SOUSA LIMA – PRESIDENTE – ASSOCIAÇÃO DE VEREADORES DO ESTADO DO PIAUÍ- AVEP - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

Prestação de Contas Anual da Associação de Vereadores do Estado do Piauí- AVEP - Exercício

Financeiro de 2017. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas de Gestão do Sr. Ronnivom de Sousa Lima – Presidente, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de Multa ao Gestor no valor de 750 UFR-PI. Decisão unânime. Recomendação para adequação do Estatuto ao interesse público. Decisão unânime

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor, Sr. Ronnivom de Sousa Lima (Presidente), no valor correspondente a 750 UFR-PI (art. 79, I, II e VI da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, I, III e VII da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), em razão das falhas e irregularidades não sanadas pela defesa, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela recomendação à Associação de Vereadores do Estado do Piauí-AVEP para que promova a adequação do seu Estatuto ao interesse público, de maneira que seu texto legal não respalde despesas voltadas aos interesses particulares, com o fito de evitar a extinção da Entidade por desvio de finalidade pública.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 24 de setembro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC Nº. 002925/16

PARECER PRÉVIO Nº. 74/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO( CONTAS DE GOVERNO/ EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)

GESTOR/CARGO: SR. PEDRO DANIEL RIBEIRO - PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO.

ADVOGADOS: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL – FL. 20 DA PEÇA 40).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JUNIOR

Prestação de Contas Anual do Município de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Parecer Prévio pela Reprovação das Contas de Governo do Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito Municipal, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º, da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades não sanadas após Análise do Relatório do Contraditório pela DFAM (peça nº. 43):

a) Irregularidade pertinente ao reenvio do PPA fora do prazo legal, tendo em vista que o levantamento feito pela DFAM mostra que a alteração do PPA foi rejeitada em 31/03/2016 e reenviada em 21/04/2016, após o prazo de 10 úteis previsto no Art. 47 da Resolução TCE nº 39/2015;

b) Irregularidade pertinente à ausência de publicação de Decretos no Diário Oficial dos Municípios, pois não foram localizadas as publicações referentes aos decretos de abertura de créditos adicionais suplementares de nº 15/2016, 16/2016, 17/2016 e 12/2016 - Suplementação da Câmara;

c) Irregularidade pertinente ao envio dos Balancetes mensais com atraso médio superior a 30 dias, descumprindo o art. 33, inciso II, CE/89, Emenda no 06/96 e art. 3º da Resolução TCE no 39/2015;

d) Irregularidade pertinente ao envio do Balanço Geral com 99 dias de atraso a esta Corte de Contas, em descumprimento ao art. 33, IV da CE/89 e art. 4º, da Res. TCE nº 39/2015;

e) Irregularidade pertinente à insuficiência na arrecadação da Receita Tributária, pois se constatou que houve uma redução na arrecadação tributária em relação ao exercício imediatamente anterior;

f) Irregularidade pertinente à análise do Balanço Patrimonial, tendo em vista que o demonstrativo encaminhado pelo gestor não evidencia os dados relativos ao exercício de 2016, portanto, em desacordo com as portarias da STN que normatizam a elaboração das demonstrações contábeis;

g) Irregularidade pertinente à Inscrição de Restos a Pagar sem comprovação de saldo financeiro no último ano do mandato. Os Restos a pagar do Poder Executivo sem comprovação financeira foram de R\$ 586.860,27, em inobservância ao art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta-se que a inscrição em Restos a Pagar, sem cobertura financeira, afronta o princípio do equilíbrio orçamentário;

h) Irregularidade pertinente à avaliação do Município-Portal da Transparência, tendo em vista que não foram cumpridas totalmente as exigências da Lei nº 12.527/11 e da Instrução Normativa nº 02/2016 deste TCE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a reprovação, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subs. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº. 002925/16

ACÓRDÃO Nº. 1027/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO- CONTAS DE GESTÃO- EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

GESTOR/CARGO: SR. PEDRO DANIEL RIBEIRO - PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO.

ADVOGADOS: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL – FL. 20 DA PEÇA 40).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSE ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Prestação de Contas Anual do Município de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Julgamento de Irregularidade às Contas de Gestão do Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito Municipal, com fundamento no art. 122, inciso III da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de multas ao Gestor nos valores de 1.500 UFR-PI e 3.600 UFR-PI. Decisão unânime.

Síntese das irregularidades não sanadas após Análise do Relatório do Contraditório pela DFAM (peça nº. 43):

1) Irregularidades pertinentes a dispêndios consumados sem que tenha havido os respectivos procedimentos licitatório, demonstrados a seguir:

- a) Recuperação de estradas (R\$ 103.296,13);
- b) Aquisição de combustível (R\$ 193.497,65);
- c) Assessoria Contábil (R\$ 170.825,00).

2) Irregularidades pertinentes a débitos junto à ELETROBRAS, com multas, juros e correção incidentes até dezembro/2016;

3) Irregularidade pertinente ao recolhimento da contribuição Previdenciária Patronal, tendo em vista que foi constatado o valor de R\$ 346.373,58, como recolhimento da contribuição previdenciária parte patronal, corresponde tão somente a 5,19 % da base de cálculo, portanto, bem inferior ao valor devido, in casu, R\$ 1.400.475,13;

4) Irregularidade pertinente a expressivo saldo da Conta Consignação, demonstrando que o Ente não vem repassando os valores devidos das Contribuições Previdenciárias retidas dos pagamentos de prestadores de serviços e de seus servidores;

5) Irregularidade pertinente a pagamentos indevidos de acréscimos moratórios, pois foram realizados pagamentos extemporâneos (fora do prazo legal) no recolhimento de obrigações previdenciárias, bem como nos recolhimentos do PASEP e, ainda, sobre os pagamentos ao fornecedor CONTREINA, sobre os quais incidiram multas e juros correspondentes, que totalizaram R\$ 33.686,75.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, o Despacho da Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões da Secretaria das Sessões, às fls. 01/08 da peça 71 e à fl. 01 da peça 72, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de irregularidade, com fundamento no art. 122, III da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor, Sr. Pedro Daniel Ribeiro, no valor correspondente a 1.500 UFR-PI (art. 79, I da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas FMTTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Decidiu a Primeira Câmara, também, unânime, em razão de atraso na apresentação de documento ou informação integrante da prestação de contas e em consonância com o voto do Relator (fls. 01/13 da peça 70) e com o Despacho da Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões da Secretaria das Sessões (fls. 01/08 da peça 71 e fl. 01 da peça 72), pela aplicação de multa ao gestor, Sr. Pedro Daniel Ribeiro, no valor correspondente a 3.600 UFR-PI (art. 79, VII e VIII da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, VIII da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14, e art. 3º da Instrução Normativa TCE/PI nº 05/2014), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de



Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº. 002925/15

ACÓRDÃO Nº. 1036/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO( FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- FUNDEB / EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)

GESTOR/CARGO: SRA. MARIA HELENA RIBEIRO – ORDENADORA DE DESPESAS DO FUNDEB

ADVOGADOS: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703)E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FUNDEB – FL. 21 DA PEÇA 40).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSE ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Prestação de Contas Anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, do Município de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Julgamento de Regularidade das Contas da Sra. Maria Helena Ribeiro – Ordenadora de Despesas, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº. 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de multa à Gestora no valor de 300 UFR-PI. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa à gestora, Sra. Maria Helena Ribeiro, no valor correspondente a 300 UFR-PI (art. 79, I da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº. 002925/15

ACÓRDÃO Nº. 1037/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO ( FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS/ EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)

GESTOR/CARGO: SRA. ROSILDA MARIA DE SOUSA AMORIM – GESTORA DO FMS

ADVOGADOS: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FMS – FL. 22 DA PEÇA 40).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSE ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde – FMS, do Município de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas da Sra. Rosilda Maria de Sousa Amorim – Gestora do FMS, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº. 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de Multa no valor de 300 UFR-PI. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa à gestora, Sra. Rosilda Maria de Sousa Amorim, no valor correspondente a 300 UFR-PI (art. 79, I da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº. 002925/15

ACÓRDÃO Nº. 1038/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19



SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS / EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)

GESTOR/CARGO: SRA. ROSILENE CIPRIANA RIBEIRO – GESTORA DO FMAS

ADVOGADOS: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FMAS – FL. 23 DA PEÇA 40).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSE ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, do Município de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas da Sra. Rosilene Cipriana Ribeiro – Gestora do FMAS, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº. 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Aplicação de Multa no valor de 200 UFR-PI. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela aplicação de multa à gestora, Sra. Rosilene Cipriana Ribeiro, no valor correspondente a 200 UFR-PI (art. 79, I, da Lei Estadual nº 5.888/09 c/c art. 206, II da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas FMTC (art. 384, parágrafo único, da resolução supracitada), no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado desta decisão (arts. 382 e 386 da resolução supracitada).

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Relator Substituto

PROCESSO TC Nº. 002925/15

ACÓRDÃO Nº. 1039/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/19

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)

GESTOR/CARGO: SR. FRANCYS HAYME DA SILVA DIAS – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ADVOGADOS: UANDERSON FERREIRA DA SILVA (OAB/PI Nº 5456) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: FL. 06 DA PEÇA 41); ESDRAS DE LIMA NERY (OAB/PI Nº 7.671) – (SUBSTABELECIMENTO COM RESERVA DE PODERES: FL. 01 DA PEÇA 51).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSE ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Campo Alegre do Fidalgo. Exercício Financeiro de 2016. Julgamento de Regularidade com Ressalvas às Contas do Sr. Francys Hayme da Silva Dias –

Presidente da Câmara Municipal, com esteio no art. 122, II, da Lei Estadual nº. 5.888/09 e nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Sem aplicação de Multa. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67, a sustentação oral do Advogado Esdras de Lima Nery (OAB/PI nº 7.671), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pelo julgamento de regularidade com ressalvas, com fundamento no art. 122, II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator (em substituição).

Decidiu a Primeira Câmara, ainda, unânime, pela não aplicação de multa ao gestor, Sr. Francys Hayme da Silva Dias.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 004304/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.028/2019

ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO: PRIMEIRA CÂMARA

DECISÃO Nº. 313/2019

SESSÃO ORDINÁRIA Nº. 22, DE 25 DE JUNHO DE 2019

OBJETO DA REPRESENTAÇÃO: REPRESENTAÇÃO NOTICIANDO SUPOSTO INADIMPLEMENTO PERANTE A COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A (ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ), POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

REPRESENTANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A (ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ). REPRESENTADO: PEDRO DANIEL RIBEIRO- PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016).

ADVOGADO DO REPRESENTADO: MÁRVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (OAB/PI Nº 4.703) E OUTROS – (PROCURAÇÃO: PREFEITO MUNICIPAL – FL. 07 DA PEÇA 07 DO PROCESSO TC/004304/2016).

RELATOR: CONS. OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

RELATOR SUBSTITUTO: CONS. SUBST. JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JUNIOR

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Suposto inadimplemento perante a Companhia Energética do Piauí S/A (ELETROBRÁS Distribuição Piauí). Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por

compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 004304/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.029/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação cumulada com pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que o Gestor não encaminhou ao Tribunal de Contas os documentos que compõem a Prestação de Contas Mensal (SAGRES-CONTÁBIL, SAGRESFOLHA, e Documentação WEB), referente aos meses de janeiro a março, bem como os documentos “Anual Inicial” da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 04 da peça 16 do processo TC/012935/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Não envio de documentos que compõem as Prestações de Contas dos meses de janeiro a março, bem como os documentos “Anual Inicial”. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 18 do processo TC/012935/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 014229/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.030/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação cumulada com pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que o Gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as Prestações de Contas Mensais alusivas aos meses de janeiro a abril (SAGRES-Contábil, SAGRES-FOLHA e Documentação WEB), essenciais à análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 04 da peça 17 do processo TC/014229/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Não envio de documentos que compõem as Prestações de Contas

dos meses de janeiro a abril. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 21 do processo TC/014229/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

## PROCESSO TC Nº 015570/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.031/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação cumulada com pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que o Gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as Prestações de Contas Mensais alusivas aos meses de janeiro a maio (SAGRES-Contábil, SAGRES-FOLHA e Documentação WEB), essenciais à análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 04 da peça 17 do processo TC/015570/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Não envio de documentos que compõem as Prestações de Contas dos meses de janeiro a maio. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério

Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 19 do processo TC/015570/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons.Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons.Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)

Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Relator Substituto

## PROCESSO TC Nº 018878/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.032/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação cumulada com pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que o Gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as



Prestações de Contas Mensais alusivas aos meses de janeiro a julho (SAGRES-Contábil, SAGRES-FOLHA e Documentação WEB), essenciais à análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 13 da peça 17 do processo TC/018878/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Não envio de documentos que compõem as Prestações de Contas dos meses de janeiro a julho. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 19 do processo C/018878/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno,

republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 017261/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.033/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação cumulada com pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que o Gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as Prestações de Contas Mensais alusivas aos meses de janeiro a junho (SAGRES-Contábil, SAGRES-FOLHA e Documentação WEB), essenciais à análise da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 13 da peça 09 do processo TC/017261/2016).



Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Não envio de documentos que compõem as Prestações de Contas dos meses de janeiro a junho. Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 11 do processo TC/017261/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 013882/2016

ACÓRDÃO Nº. 1.034/2019

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/2019

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Representação: representação sobre suposta irregularidade quanto à uniformização dos critérios de avaliação dos entes públicos quanto ao atendimento das exigências da Lei de Acesso à Informação da Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016)

Representante: Ministério Público de Contas( MPC-PI)

Representado: Pedro Daniel Ribeiro- Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016).

Advogado do Representado: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 20 da peça 40 do processo TC/002925/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: José Araújo Pinheiro Junior

Representação formulada contra o Sr. Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo, Exercício Financeiro de 2016. Irregularidade quanto à uniformização dos critérios de avaliação dos entes públicos quanto ao atendimento das exigências da Lei de Acesso à Informação da

Prefeitura Municipal de Campo Alegre do Fidalgo-PI (Exercício Financeiro de 2016). Pelo Conhecimento e, no Mérito, pela sua Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

DENÚNCIA TC Nº 020108/2016

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 12, fls.01/03 da peça 15 e fls. 01/02 da peça 18 do processo TC/013882/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da representação, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente representação e, no mérito, pela sua procedência (art. 234 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Representado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons.Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

ACÓRDÃO Nº. 1035/19

Órgão de Deliberação: Primeira Câmara

Decisão nº. 313/19

Sessão Ordinária nº. 22, de 25 de junho de 2019

Objeto da Denúncia: Supostas irregularidades na Administração Municipal de Campo Alegre do Fidalgo(PI), Exercício Financeiro de 2016.

Denunciante: Israel Odílio da Mata – Agricultor

Advogado do Denunciante: Carlos Augusto Batista (OAB /PI nº 3.837) – (sem procuração nos autos).

Denunciado: Pedro Daniel Ribeiro – Prefeito Municipal de Campo Alegre do Fidalgo – Exercício Financeiro de 2016;

Advogados dos Denunciados: Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703) e outros – (Procuração: Prefeito Municipal – fl. 20 da peça 40 do processo TC/002925/2016).

Relator: Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator Substituto: Cons. Subst. Jackson Nobre Veras

Procurador: Jose Araújo Pinheiro Júnior

Denúncia contra o Prefeito do Município de Campo Alegre do Fidalgo(PI), o Sr. Pedro Daniel Ribeiro, referente a supostas irregularidades na Administração Municipal de Campo Alegre do Fidalgo(PI) (Exercício Financeiro de 2016). Pelo Conhecimento da Denúncia. No Mérito, pela Procedência, por compreender que as irregularidades atribuídas ao Denunciado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/32 da peça 21 do processo TC/002925/2016, o contraditório da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/06 da peça 18 do processo TC/020108/2016, o contraditório da II Divisão

Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 43 do processo TC/002925/2016, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/02 da peça 13 do processo TC/020108/2016 e às fls. 01/18 da peça 45 e fls. 01/02 da peça 67 do processo TC/002925/2016, a sustentação oral do Advogado Márvio Marconi de Siqueira Nunes (OAB/PI nº 4.703), que se reportou ao objeto da denúncia, o voto do Relator (em substituição) Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, às fls. 01/13 da peça 70 do processo TC/002925/2016, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas e nos termos do voto do Relator (em substituição), pelo conhecimento da presente denúncia e, no mérito, pela sua procedência (art. 226 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14), “por compreender que as irregularidades atribuídas ao Denunciado não foram devidamente esclarecidas pelo Gestor, na instrução processual”.

Compuseram o quórum de votação no presente processo o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, o Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros (art. 79, § 2º da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno, republicada no D.O.E. TCE/PI nº 13 de 23/01/14) e o Cons. Kleber Dantas Eulálio, repetindo-se, assim, a composição registrada na sessão julgadora inicial do dia 12/02/2019.

Presentes: Cons. Luciano Nunes Santos (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto

Sala das Sessões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 25 de junho de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Subst. Jackson Nobre Veras  
Relator Substituto

PROCESSO TC Nº 013364/2017

ACORDÃO Nº 1.624/2019

DECISÃO Nº 408/19

ASSUNTO: DENÚNCIA CONTRA A P.M. DE CARAÚBAS DO PIAUÍ/PI - IRREGULARIDADES NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ QUANTO À NOMEAÇÃO DO CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

DENUNCIANTE: ANÔNIMO (PROTOCOLADO VIA OUVIDORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ).

DENUNCIADO: JOÃO COELHO DE SANTANA – PREFEITO MUNICIPAL

ADVOGADO: MARCELO BRAZ RIBEIRO - OAB Nº 4190 (PELO DENUNCIADO).

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

EMENTA. DENÚNCIA. P. M. DE CARAÚBAS DO PIAUÍ/PI – DESCUMPRIMENTO AS DISPOSIÇÕES DO ART. 90, § 1º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 DESTE TRIBUNAL DE CONTAS.

1 - Nomeação de agente não efetivo designado para o cargo de Controlador Geral do Município.

2 - Infringência ao art. 90, §1º da Constituição Estadual- e instrução Normativa nº 05/2017 do Tribunal de Contas dos Estado do Piauí.

3 - O Gestor informou que esse caso já foi discutido em outro processo e comprovou que o caso foi sanado.

4 - Assim, trata-se de Coisa Julgada, conforme art. 337, VII do CPC.

Sumário. Denúncia contra a P. M. de Caraúbas Exercício 2017. Unânime. Pela extinção do processo sem resolução do mérito e arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o contraditório da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – VI DFAM (peça 12), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 14), a sustentação oral do advogado Marcelo Braz Ribeiro OAB nº 4190, que se reportou sobre as falhas apontadas, o voto da Relatora (peça 20), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, unânime, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 20), da seguinte forma: por trata-se de coisa julgada, conforme artigo 337, VII do CPC, pela extinção do processo sem resolução do mérito, aplicando subsidiariamente o artigo 485, V do CPC e artigo 495 do Regimento Interno, e, ainda pelo arquivamento.

Ausentes: Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Portaria nº 640/19, a serviço do TCE/

PI) e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo (Portaria nº 268/19, em gozo de férias).

Presentes: Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (Presidente em exercício, em razão da ausência justificada do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros Presidente), Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins e o Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, em substituição ao Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, ausente por motivo justificado.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Plínio Valente Ramos Neto.

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Ordinária da Segunda Câmara nº 031 de 18 de Setembro de 2019, Teresina - PI.

Assinado Digitalmente

Cons.<sup>a</sup> Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins - Relatora

PROCESSO TC/008073/2019.

ACÓRDÃO Nº 1.702/19

DECISÃO Nº 1.191/19.

TIPO: REPRESENTAÇÃO.

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO C/C MEDIDA CAUTELAR DE BLOQUEIO DE CONTAS - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ DO PIAUÍ. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2018.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.

REPRESENTADOS: Raimundo Nonato da Costa Silva Júnior – Presidente no exercício de 2018 e José Raimundo Gomes de Carvalho – atual Presidente.

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA.

EMENTA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ENVIO INTEMPESTIVO DE DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL.

1. Afronta ao art. 70, parágrafo único, CF/88, o qual impõe o dever de prestar contas na forma e no prazo devido.

*Sumário: Representação – Câmara Municipal de Jatobá do Piauí. Exercício 2018. Procedência. Aplicação de Multa. Decisão Unânime.*

Síntese de impropriedades/falhas apuradas, após o contraditório: Envio intempestivo dos documentos que compõem a prestação de contas mensal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da DFAM (peça nº 7), o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 16), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância parcial com o parecer ministerial, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 19), pela procedência da Representação, com aplicação da multa prevista no art. 79, VIII, da Lei nº 5.888/2009 c/c art. 206, VIII da Res. TCE nº 13/2011 ao gestor, Sr. Raimundo Nonato da Costa Júnior, com valor a ser calculado pela Secretaria das Sessões, por dia de atraso, nos moldes previstos pelo art. 3º da Instrução Normativa TCE/PI nº 05/2014.

Presentes os Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Presidente), Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio e o Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir a Cons.<sup>a</sup> Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Subprocurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 033 em Teresina, 26 de setembro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Kleber Dantas Eulálio - Relator.

PROCESSO TC/019030/2017.

ACÓRDÃO Nº 1.701/19

DECISÃO Nº 1.190/19.

TIPO: INSPEÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE.

EXERCÍCIO 2017.

OBJETO: POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL.

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.

RESPONSÁVEL: PEDRO NUNES DE SOUSA – PREFEITO.

ADVOGADO: DANILO MENDES DE AMORIM SILVA - OAB/PI Nº 10.849 – SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS.

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADORA: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

EMENTA. PESSOAL. contratação de pessoal de forma direta sem concurso público ou processo seletivo. PROCEDÊNCIA.

1. As investidura em cargo público depende de aprovação em concurso público (art. 37, II, CF), ou, em circunstâncias excepcionais e devidamente justificadas, por processo seletivo simplificado (art. 37, IX, CF) ou, ainda, nos casos em que comportar a terceirização lícita de atividades não finalísticas da administração, através da contratação de empresa prestadora de serviços, consoante rito da Lei nº 8.666/93, de forma a garantir a legalidade, isonomia e eficiência administrativa no que tange à gestão de pessoal.

*Sumário: Inspeção – Prefeitura Municipal de Marcos Parente. Exercício 2017. Procedência. Aplicação de Multa. Determinação e Inclusão no rol dos municípios a serem fiscalizados no exercício 2017. Decisão Unânime.*

Síntese de impropriedades/falhas apuradas, após o contraditório: Contratações diretas de pessoas físicas para prestação de serviços de caráter permanente, sem o regular concurso público, em várias áreas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório (peça nº 4) e a análise do contraditório (peça nº 17) da DFAP, o parecer do Ministério Público de Contas (peça nº 25), e o mais

que dos autos consta, decidiu o Plenário, unânime, em consonância com parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 31), nos seguintes termos: a) procedência dos fatos apurados na presente inspeção, por ter ficado comprovada a contratação de pessoal de forma direta sem concurso público ou processo seletivo; b) aplicação de multa ao gestor de 200 UFR-PI, pela realização de ato ilegal, ilegítimo e antieconômico e praticado com grave infração a norma legal, fundamentada no art. 79, I e II da Lei nº 5.888/09; c) emissão de determinação ao gestor para substituir as contratações precárias e diretas de pessoal por mão-de-obra regularmente contratada através de concurso público (art. 37, II, CF), ou, em circunstâncias excepcionais e devidamente justificadas, por processo seletivo simplificado (art. 37, IX, CF) ou, ainda, nos casos em que comportar a terceirização lícita de atividades não finalísticas da administração, através da contratação de empresa prestadora de serviços, consoante rito da Lei nº 8.666/93, de forma a garantir a legalidade, isonomia e eficiência administrativa no que tange à gestão de pessoal; d) inclusão do Município de Marcos Parente no rol dos municípios que terão suas prestações de contas analisadas pela DFAM no exercício de 2017, em razão dos fatos contidos no presente processo, bem como no processo de Denúncia (TC-006556/2017), que tratam sobre prática de nepotismo e realização de contratos administrativos sem licitação

Ausente por motivo justificado quando da apreciação do presente processo, a Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.

Presentes os Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Presidente), Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Kleber Dantas Eulálio e o Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir a Consª. Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga (ausente por motivo justificado).

Representante do Ministério Público de Contas presente: Subprocurador-Geral José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Ordinária nº 033 em Teresina, 26 de setembro de 2019.

(Assinado Digitalmente)  
Cons. Kleber Dantas Eulálio - Relator.



## Decisões Monocráticas

PROCESSO: TC/017154/19

DECISÃO MONOCRÁTICA – GLN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE CARMELITA SOARES DA COSTA OLIVEIRA

INTERESSADO: LUIZ FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: CONS. LUCIANO NUNES SANTOS

PROCURADORA: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 309/19 – GLN

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte em favor de Luiz Francisco Soares de Oliveira, CPF nº 274.083.373-34, na condição de filho inválido, devido ao falecimento de sua mãe, Carmelita Soares da Costa Oliveira, CPF nº 433.408.733-72, outrora ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 0168602, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, de conformidade com a LC nº 13/94, com a nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, c/c a LC nº 40/04, Lei nº 10.887/04, Lei nº 8.213/91, art. 40, §7º, I da CF/88, com redação da EC nº 41/2003, ocorrido em 14/12/2018.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) constatou que a Pensão do interessado preencheu os requisitos indispensáveis para o registro do ato, não identificando a presença de vícios ou falhas que contaminem a regularidade do ato concessório.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas (peça 04), que, opinou pelo registro do ato concessório.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria GP nº 626 /19 – PIAUÍ PREV, datada de 22/04/19 (fl. 84) com efeitos retroativos a 14/02/2019, publicada no Diário Oficial nº 85/19, de 08/05/2019, (fl. 87) autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.460,66 conforme segue:

Discriminação das parcelas de proventos mensais	Valor R\$
a) Vencimento (LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06, acrescentada pelo art. 3º, anexo IV da Lei nº 7.081/17 c/c art. 1º da lei nº 6.933/16 e art. 15 da lei nº 10.887/04 c/c decreto estadual nº 16.450/16 – R\$ 1.438,61);	1.438,61
b) Gratificação adicional (art. 127 da LC nº 71/06 – R\$ 22,05).	22,05
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.460,66

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Luciano Nunes, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Luciano Nunes Santos.  
Relator

PROCESSO: TC/002361/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA

INTERESSADO (A): CATIA SANTOS BARBOSA AIRES.

ÓRGÃO DE ORIGEM: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATOR: CONS. LUCIANO NUNES SANTOS

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 304/19 – GLN

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, concedida à servidora Catia Santos Barbosa Aires, CPF nº 240.942.003-63, ocupante do cargo de Assistente Técnico Administrativo, especialidade Auxiliar de Administração, Referência “C5”, matrícula nº 001378, regime estatutário do quadro suplementar, lotada na Procuradoria Geral do Município, com arrimo nos art. 3º da EC nº 47/05, c/c o art. 7º da EC nº 41/03.

Considerando a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça nº 04), com o parecer ministerial (Peça nº 05), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373



da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 614/2018, (fl. 76) datada de 10/04/2018, publicado no Diário Oficial do Município nº 2.269 de 25/04/2018, (fl.81), autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 2.466,63, conforme segue:

Discriminação das parcelas de proventos mensais	Valor R\$
a) Vencimentos, nos termos da Lei Municipal nº 3.746/2008, c/c a Lei Municipal nº 4.885/2016, no valor de R\$ 1.351,34;	1.351,34
b) Gratificação Símbolo DAM-2, nos termos do art. 185, da Lei Municipal nº 2.138/1992 (Estatuto dos Servidores do Município de Teresina), no valor de R\$ 893,88;	893,88
c) Gratificação de Produtividade Operacional de Nível Médio, nos termos do art. 57, da Lei Complementar Municipal nº 3.746/2008, c/c a Lei Municipal nº 4.885/2016, no valor R\$ 221,41.	221,41
Total proventos	2.466,63

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Luciano Nunes, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Luciano Nunes Santos.  
Relator

PROCESSO: TC/014741/17

DECISÃO MONOCRÁTICA – GLN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE LAURITA ROCHA DA SILVA

INTERESSADO: ANTÔNIO ALVES DA SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: CONS. LUCIANO NUNES SANTOS

PROCURADORA: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 305/19 – GLN

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte em favor de Antonio Alves da Silva, CPF nº 373.754.823-49, devido ao falecimento de sua esposa, Laurita Rocha da Silva, servidora inativa, CPF nº 130.315.383-15, mat. nº 062724X, ocupante do cargo de Agente Operacional de Serviços, classe “I”, Padrão “D”, do quadro da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, ocorrido em 17/12/2016.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) constatou que a Pensão do interessado preencheu os requisitos indispensáveis para o registro do ato, não identificando a presença de vícios ou falhas que contaminem a regularidade do ato concessório.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas (peça 04), que, opinou pelo registro do ato concessório.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria GP nº 10081 /17 – PIAUÍ PREV, datada de 05/06/17, (2.82), com efeitos retroativos a 17/12/2017, publicada no Diário Oficial nº 113/17, de 20/06/2017, (2.86), autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 941,15\*, conforme segue:

Discriminação das parcelas de proventos mensais	Valor R\$
a) Vencimento ( Lei nº 6.560/14)	897,68
b) Gratificação Adicional (Lei Compl. Nº 13/94 c/c LC nº 033/03)	43,47
TOTAL DE RENDIMENTOS	941,15*

\* De acordo com o artigo 7º, IV da CF/88, seus proventos serão fixados em um salário mínimo. Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem

Gabinete do Conselheiro Luciano Nunes, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Luciano Nunes Santos.  
Relator

PROCESSO: TC/014137/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA

INTERESSADO (A): MARISONÉ RODRIGUES SILVA.

ÓRGÃO DE ORIGEM: PREFEITURA DE CORRENTE - PI

RELATOR: CONS. LUCIANO NUNES SANTOS

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 306/19 – GLN

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, concedida à servidora Marisoné Rodrigues Silva, CPF nº 915.666.063-49, ocupante do cargo de Professora, Matrícula nº 190, do quadro de pessoal da Prefeitura de Corrente - PI, com fundamento no art. 3º da EC nº 47/05 e no art. 25 da Lei Municipal nº 461/09.

Considerando a informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça nº 04), com o parecer ministerial (Peça nº 05), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 353/2018, (fl. 69) datada de 11/06/2018, publicado no Diário Oficial do Município nº MMMDXCVI de 13/06/2018, (fl.71), autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 3.363,83, conforme segue:

Discriminação das parcelas de proventos mensais	Valor R\$
a) Vencimento (R\$ 2.455,35 – de acordo com o art. 1º da Lei nº 675/18);	2.455,35
b) Regência (R\$ 294,64 – art. 82, VI da Lei Municipal nº 462/09);	294,64
c) Adicional por Tempo de Serviço (R\$ 613,84 – art. 76 da Lei Municipal nº 462/09).	613,84
Total proventos	3.363,83

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso

do prazo recursal e, em seguida, envio à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Luciano Nunes, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Luciano Nunes Santos.  
Relator

PROCESSO: TC/018473/17

DECISÃO MONOCRÁTICA – GLN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE MARIA DO SOCORRO SILVA

INTERESSADO: JOSÉ LAURENTINO DA SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

RELATOR: CONS. LUCIANO NUNES SANTOS

PROCURADORA: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 307/19 – GLN

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte em favor de José Laurentino da Silva, CPF nº 151.603.193-87, na condição de Cônjuge, devido ao falecimento da ex - segurada Maria do Socorro Silva, CPF nº 112.259.203-53, matrícula nº 033813-3, servidora inativa no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe “I”, Padrão “A”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 23/07/2014.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) constatou que a Pensão do interessado preencheu os requisitos indispensáveis para o registro do ato, não identificando a presença de vícios ou falhas que contaminem a regularidade do ato concessório.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas (peça 04), que, opinou pelo registro do ato concessório.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria GP nº 1200 /17 – PIAUÍ PREV, datada de 23/06/17, (31), com efeitos retroativos a 23/07/2014, publicada no Diário Oficial nº 139/17, de 26/07/2017,(32), autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 724,00\*, conforme segue:

Discriminação das parcelas de proventos mensais	Valor R\$
a) Vencimento (Lei nº Compl. 6.557/2014) no valor de R\$ 724,00.	724,00
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>	<b>724,00*</b>

*De acordo com o artigo 7º, IV da CF/88, seus proventos serão fixados em um salário mínimo.*

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem

Gabinete do Conselheiro Luciano Nunes, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Cons. Luciano Nunes Santos.  
Relator

PROCESSO TC/007697/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA – GLN

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE TERESINA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATOR: LUCIANO NUNES SANTOS

DECISÃO: 308/19 – GLN

Vistos, etc.

Trata o presente processo da Prestação de Contas da SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE TERESINA, referente ao exercício de 2018.

Considerando a aprovação do Plano de Controle Externo de Transição de atuação em 2019, à unanimidade, por meio da Decisão Plenária nº 214/19 de 21/02/2019, publicada no DOE-TCE/PI de 26/02/2019;

Considerando o Plano de Controle Externo de Transição, Memorando 005/2019-SECEX (TC/002955/2019), acerca da proposta de transição para readequação da sistemática do Controle Externo, em 2019, realizado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE (referente ao Exercício

2018) e Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM (referente aos Exercícios 2017 e 2018);

Considerando que a DFAM emitiu informação à Peça 01 sugerindo o arquivamento do presente processo de contas de gestão, haja vista o teor da Decisão Plenária nº 214, de 21/02/2019, publicada no DOE-TCE/PI de 26/02/2019,

Determino, corroborando com Ministério Público de Contas (Peça 3), o arquivamento do presente processo, nos moldes da Decisão nº 214/10, sem prejuízo da apuração posteriores de eventuais falhas ou irregularidades na execução da despesa relativamente ao exercício de 2018.

Encaminho os autos à Secretaria das Sessões – Primeira Câmara para Publicação. Ato contínuo à DA/Seção de Arquivo para arquivamento.

Gabinete Conselheiro Luciano Nunes Santos, Teresina – PI, 08 de outubro de 2019.

assinado digitalmente  
Conselheiro Luciano Nunes Santos  
Relator

PROCESSO TC/026860/2017

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SEGURADO RAMIRO SOARES LIMA

INTERESSADA: MARIA DE FÁTIMA CARVALHO LIMA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 304/2019 – GKB.

Trata o presente processo de Pensão por Morte requerida por Maria de Fátima Carvalho Lima, CPF nº 184.125.643-91, na condição de cônjuge, devido ao falecimento do ex – segurado Ramiro Soares Lima, CPF nº 053.766.103-49, matrícula nº 016199-3, servidor inativo no cargo de Agente Técnico de Serviço, Classe I, Padrão A, do quadro de pessoal da LOTEPI, ocorrido em 14/06/2014, com fundamento na Lei Complementar nº 13/94, com redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinado com a Lei Complementar nº 40/2004, Lei 8.213/1991 e art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003. Ato publicado no Diário Oficial do Estado de nº 220, de 27/11/2017.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça

3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 1.793/2017, de 20 de setembro de 2017 (Peça 3, fls. 95), concessiva de pensão por morte ao cônjuge sobrevivente, com os proventos compostos pelas seguintes parcelas: 26,66/35 do Vencimento de R\$ 724,00 (Decreto Nº 8166 de 23.12.2013) no valor de R\$ 592,85; Adic. Tempo de Serviços (Lei Compl. Nº 13/94 c/c LC nº 033/03) no valor de R\$ 36,00; Vantagem Pessoal (Lei Compl. nº 038/2004) no valor de R\$ 375,55, totalizando o valor mensal de R\$ 1.004,40 (mil e quatro reais e quarenta centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinatura Digitalizada)  
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC/026851/2017

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SEGURADO SILVANO PEREIRA DE OLIVEIRA

INTERESSADA: MARIA RODRIGUES NONATA CRUZ SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 305/2019 – GKB.

Trata o presente processo de Pensão por Morte requerida por Maria Rodrigues Nonata Cruz Silva, CPF nº 228.167.123-20, na condição de Companheira, devido ao falecimento do ex – segurado Silvano Pereira de Oliveira, CPF nº 349.574.643-91, matrícula nº 005372-4, servidor inativo no cargo de Mecânico, Classe C, Ref. 28, do quadro de pessoal da DER-PI, ocorrido em 17/09/2012, com fundamento na Lei Complementar nº 13/94, com redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinado com a Lei Complementar nº 40/2004, Lei 8.213/1991 e art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela Ementa Constitucional nº

41/2003. Ato publicado no Diário Oficial do Estado de nº 220, de 27/11/2017.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça 4), com o Parecer Ministerial (Peça 5), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 1.660/2017, de 28 de agosto de 2017 (Peça 3, fls. 111), concessiva de pensão por morte ao cônjuge sobrevivente, com os proventos compostos pelas seguintes parcelas: 30/35 Vencimento R\$ 1.378,50 (LC nº 106/2008) no valor de R\$ 1.181,49; Adic. Tempo de Serviço (Lei Compl. Nº 13/94 c/c LC nº 033/03) no valor de R\$ 335,97; Decisão Judicial (URP) mandado de Segurança nº 001.98-122276-6 no valor de R\$ 379,25, totalizando o valor mensal de R\$ 1.896,71 (mil e oitocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinatura Digitalizada)  
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC/018471/2017

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SEGURADO JOSÉ ELSON DA SILVA

INTERESSADA: FRANCISCA DAS CHAGAS CARDOSO DA SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 306/2019 – GKB.

Trata o presente processo de Pensão por Morte requerida por Francisca das Chagas Cardoso da Silva, CPF nº 130.005.353-49, na condição de Cônjuge, devido ao falecimento do ex – segurado José Elson da Silva, CPF nº 819.667.843-68, matrícula nº 205648-8, servidor ativo no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe II, Padrão A, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 07/12/2013, com

fundamento na Lei Complementar nº 13/94, com redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinado com a Lei Complementar nº 40/2004, Lei 8.213/1991 e art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003. Ato publicado no Diário Oficial do Estado de nº 139, de 26/07/2017.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 1.199/2017, de 23 de junho de 2017 (Peça 2, fls. 31), concessiva de pensão por morte ao cônjuge sobrevivente, com os proventos compostos pelas seguintes parcelas: Vencimento (Lei nº Compl. 6.367/2013 de 19.06.2013) no valor de R\$ 723,00, totalizando o valor mensal de R\$ 723,00 (setecentos e vinte e três reais), devendo ser assegurado o salário mínimo nacional vigente nos termos do art. 7º, VII, da CF/88, autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinatura Digitalizada)  
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC/006897/2017

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SEGURADA MARIA IZABEL PEREIRA DE LIMA

INTERESSADO: MANOEL RUFINO DE LIMA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 307/2019 – GKB.

Trata o presente processo de Pensão por Morte requerida por Manoel Rufino de Lima, CPF nº 097.077.943-72, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada Maria Izabel Pereira de Lima, CPF nº 935.271.603-53, matrícula nº 062995-2, servidora inativa no cargo de Agente Operacional de

Serviço, Classe I, Padrão D, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 09/11/2014, com fundamento na Lei Complementar nº 13/94, com redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinado com a Lei Complementar nº 40/2004, Lei 8.213/1991 e art. 40, § 7º, I, da CF/88, com redação dada pela Ementa Constitucional nº 41/2003. Ato publicado no Diário Oficial do Estado de nº 18, de 25/01/17.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (Peça 3), com o Parecer Ministerial (Peça 4), que atestaram a regularidade da instrução e o direito da requerente, DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 1.216/2016, de 22 de dezembro de 2016 (Peça 2, fls. 63), concessiva de pensão por morte ao cônjuge sobrevivente, com os proventos compostos pelas seguintes parcelas: Vencimento (Lei Nº 6.557/2014) no valor de R\$ 739,00; Adicional de Tempo de Serviço (Lei Compl. Nº 13/94 c/c LC nº 033/03) no valor de R\$ 50,40, totalizando o valor mensal de R\$ 789,40 (setecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), devendo ser assegurado o salário mínimo nacional vigente nos termos do art. 7º, VII, da CF/88, autorizando o seu registro, nos termos do art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso IV, a, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinatura Digitalizada)  
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC/004055/2015

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADA: SILVIA MARIA ALVES PASSOS SANTOS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE PEDRO II

RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 308/2019 - GKB

Trata o presente processo de ato de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição



com proventos integrais de interesse da servidora Silvia Maria Alves Passos Santos, CPF nº 217.636.073-72, matrícula nº 250-1, ocupante do cargo de Professor(a), lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Pedro II - PI, com arrimo no art. 6º da EC nº 41/03 c/c art. 123, inciso III “b”, da Lei Municipal nº 690/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Pedro II).

Considerando a consonância da informação da Diretoria de Fiscalização dos Atos de Pessoal – DFAP (Peças 3 e 16), com o Parecer Ministerial (Peça 4 e 17), que constatarem que a interessada atendeu a todos os requisitos necessários para a efetivação do benefício DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373, da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, julgar legal a Portaria nº 008, de 22 de fevereiro de 2019 (Peça 13, fls. 2/3), publicada no Diário Oficial dos Municípios de 01 de março de 2019, concessiva de aposentadoria a requerente com proventos compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento do cargo, conforme art. 59 c/c art. 60, da Lei nº 1.134, de 13 de março de 2012 (R\$ 4.074,71), totalizando o valor mensal de R\$ 4.074,71 (quatro mil e setenta e quatro reais e setenta e um centavos), autorizando o seu registro, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual e art. 2º da Lei nº 5.888/09 c/c o art. 197, inciso II, do Regimento Interno.

Encaminhem-se os autos à Segunda Câmara, para após a publicação desta Decisão, acompanhar o transcurso do prazo recursal e, em seguida, à GED para o devido arquivamento eletrônico e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(assinatura digitalizada)  
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC/017726/2019

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE OFÍCIO – RECOMENDAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDA ACAUTELATÓRIA COM VISTAS À SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 DEFLAGRADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI.

ENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI, EXERCÍCIO DE 2019.

GESTOR: GILSON NUNES DE SOUSA

RELATOR: CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 310/2019 - GKB

## I - INTRODUÇÃO

Trata-se de processo de Auditoria Ordinária Concomitante, autuado em atenção ao Memorando de Autuação nº 053/2019 da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - DFENG desta Corte de Contas (peça nº 02), com vistas a aferir a regularidade na condução da Tomada de Preço nº 008/2019 (Processo Administrativo Nº 058/2019), deflagrada pela Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, objetivando a contratação de empresa para execução dos serviços de Conservação, Manutenção e Reforma dos Prédios Públicos daquele município, totalizando uma previsão de despesas no valor de R\$ 965.318,66, com data de abertura marcada para 11/10/2019.

Os autos foram encaminhados à III Divisão Técnica da DFENG, que emitiu relatório preliminar à peça nº 02, indicando possíveis irregularidades de natureza técnica e legal, notadamente a constatação de irregularidade no cadastramento do certame no Sistema Licitações Web (disponibilização parcial dos anexos do edital referentes às peças técnicas que compõem o Projeto Básico) e ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto (se existente) incluído o orçamento de referência da obra.

Ao final do relatório preliminar, a Divisão Técnica sugere a adoção, dentre outros, de medida acautelatória, inaudita altera pars, no sentido de determinar à Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí que promova a suspensão imediata dos atos da Tomada de Preços Nº 008/2019 (Processo Administrativo Nº 058/2019) objetivando a Contratação de empresa para execução dos serviços de Conservação, Manutenção e Reforma dos Prédios Públicos do município de Lagoa do Barro do Piauí/PI, pelo valor de referência orçado em R\$ 965.318,66, até a disponibilização de todos os seus anexos no Sistema Licitações Web, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/PI Nº 06/2017.

É o relatório.

## 2 - FUNDAMENTAÇÃO

O poder geral de cautela dos Tribunais de Contas é tema assente no Supremo Tribunal Federal, que já referendou sua constitucionalidade, enquanto prerrogativa implícita ao exercício de seu papel fiscalizatório conferido pela Carta Magna, conforme precedentes gerados nos processos MS 24510/DF e MS 26547/DF. Sobre o tema, destaca-se o posicionamento do Ministro Celso de Mello:

(...) o poder cautelar também compõe a esfera de atribuições institucionais do Tribunal de Contas, pois se acha instrumentalmente vocacionado a tornar efetivo o exercício, por essa Alta Corte, das múltiplas e relevantes competências que lhe foram diretamente outorgadas pelo próprio texto da Constituição da República. Isso significa que a atribuição de poderes explícitos, ao Tribunal de Contas, tais como enunciados no art. 71 da Lei Fundamental da



República, supõe que se reconheça, a essa Corte, ainda que por implicitude, a possibilidade de conceder provimentos cautelares vocacionados a conferir real efetividade às suas deliberações finais, permitindo, assim, que se neutralizem situações de lesividade, atual ou iminente, ao erário.

Assim, não remanesce dúvida quanto à legitimidade da presente atuação, que tem amparo legal, inclusive na Lei n. 5.888/2009 – Lei Orgânica do TCE/PI, que diz:

Art. 87. O Relator ou o Plenário, em caso de urgência, **de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito**, poderá, **de ofício** ou mediante provocação, **adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte**, determinando, entre outras providências, **a suspensão do ato ou do procedimento impugnado**, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada. – *grifos nossos*.

Para o deferimento do pedido cautelar, há a necessidade da presença simultânea do *periculum in mora* (traduzido na situação de perigo da questão) e do *fumus boni juris* (que nada mais é do que a verossimilhança do direito alegado). Trata-se de providência processual que busca a antecipação dos efeitos externos ou secundários da providência final, sem, contudo, ser um prejulgamento, tendo por finalidade proteger o patrimônio público, suspendendo os efeitos do ato lesivo até o julgamento do mérito.

No caso em comento, a DFENG constatou que foram disponibilizados, de forma parcial e incompleta, no Sistema Licitações Web, desta Corte de Contas, os anexos (referentes ao Projeto Básico) do Edital da Tomada de Preços Nº 008/2019, em desacordo com o art. 5º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/PI Nº 06/2017. Tal situação não permite a perfeita caracterização e quantificação do objeto a ser contratado, infringindo o art. 7º, § 2º, I, da Lei 8.666/1993.

Quanto ao orçamento de referência, a DFENG ressalta que não se fez constar as devidas composições de custos unitários, do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos encargos sociais que fundamentaram a formação do preço de referência do objeto licitado, violando os dispositivos da Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, II c/c Súmula 258-TCU.

Ademais, os diversos serviços foram inseridos no Orçamento de Referência sem as devidas memórias de cálculo e elementos técnicos complementares capazes de definir o objeto a ser contratado, descrevendo em termos de quantificação e orçamentação, quais prédios públicos estão no rol dos serviços previstos pelo edital.

Nesse sentido, a ausência da referida especificação gera os seguintes questionamentos: como se dará a elaboração da proposta de uma empresa licitante sem o conhecimento dos Projetos de Arquitetura, em relação aos serviços que deverão ser realizados nos prédios públicos previstos no edital? Como se chegou aos quantitativos de “pavimento em paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3” sem os devidos projetos de pavimentação?

Noutro ponto, a DFENG verificou que não está presente a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao projeto básico da obra, caso exista, incluindo o orçamento de referência, evidenciando omissão por parte dos responsáveis pelo planejamento do procedimento licitatório em exigir o registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do profissional responsável pela autoria do projeto básico. A ausência do referido registro traz sérias implicações, pois a ART é o elemento capaz de oferecer confiabilidade técnica, econômica e jurídica ao serviço realizado e sua ausência prejudica a identificação do profissional responsável pela sua elaboração no caso de constatação de problemas que a fazem referência. Ademais, tal situação afronta os dispositivos do art. 1º da Lei nº 6.496/1972, bem como a Súmula nº 260 do TCU.

Diante da concreta possibilidade de dano ao erário com o prosseguimento da licitação eivada de eventuais vícios, especialmente considerando que o referido certame, com data de abertura marcada para 11/10/2019, está sendo realizado a partir de um projeto básico incompleto, deficiente ou, ainda, inexistente, tem-se caracterizado o *periculum in mora*.

De outro lado, o *fumus bonis iuris* também está comprovado, considerando que as irregularidades foram constatadas a partir de comprovação documental acostada pelo próprio gestor no sistema Licitações Web deste TCE/PI, levando a crer a existência de verossimilhança das alegações da Divisão Técnica quanto à possível violação aos princípios da legalidade e da eficiência.

Isto posto, não restam dúvidas acerca da presença dos requisitos indispensáveis à concessão de medida cautelar, sendo essa perfeitamente cabível.

### III. DECISÃO

Decido, inicialmente, acatando sugestão da DFENG à peça nº 02 e com fulcro no art. 450 do RITCE/PI, pela **SUSPENSÃO CAUTELAR** dos atos da Tomada de Preço Nº 008/2019, da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí até a disponibilização de todos os seus anexos no Sistema Licitações Web, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Instrução Normativa TCE/PI Nº 06/2017.

Caso o procedimento arrolado no presente Relatório Preliminar de Auditoria Concomitante já tenha sido homologado e/ou adjudicado na data de expedição da decisão, que o gestor abstenha-se de firmar e publicar o respectivo contrato ou instrumento correlato, até a decisão final de mérito nestes autos.

Caso já tenha sido assinado e publicado o contrato, que o gestor PROMOVA a suspensão dos atos de execução e realização de despesas, até a decisão final de mérito nestes autos.

Determino, outrossim, que a Diretoria Processual desta Corte, NOTIFIQUE, por meio dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos, com aviso de recebimento – AR, o gestor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, Sr. Gilson Nunes de Sousa, e do Presidente da Comissão de Licitação, Sr. Natanael Marques da Silva, para que apresentem defesa, bem como a cópia do procedimento licitatório em sua integralidade, no prazo regimental de 15 dias, conforme art. 5º, LV, da Constituição da República; art. 74, § 1º, art. 86 ss, art. 100 e art. 141 da Lei Orgânica do TCE-PI (Lei Estadual nº 5.888/09); e art. 186, 237, 238, IV, 242, I, e 275, § 1º, do RITCE-PI (Resolução TCE-PI nº 13/2011).

Por fim, encaminhe-se o feito ao Plenário para apreciação da presente medida, nos termos do art. 87, § 2º da Lei nº 5.888/09.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
Relator

PROCESSO TC- Nº 001493/2019

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADA: MARIA DE SOUSA ASSUNÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TERESINA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 286/19 – GOR

Trata o processo de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS concedida à servidora MARIA DE SOUSA ASSUNÇÃO, CPF nº 129.897.703-72, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Saúde, especialidade Auxiliar de Enfermagem, Referência “C3”, matrícula nº 026875, regime estatutário do quadro suplementar, lotada na Fundação Municipal de Saúde - FMS, com arrimo no art. 6º e 7º da EC nº 41/03, c/c o art. 2º da EC nº 47/05.

Considerando a consonância das Informações da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal –

DFAP (peça 03), com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 758/2018 (Peça 02), concessiva da aposentadoria da interessada, ato publicado no Diário Oficial do Município de Teresina nº 2282, de 16 de maio de 2018, com proventos mensais no valor de R\$ 2.051,26. (dois mil e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e Parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI, conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
Vencimento (Lei Complementar Municipal nº 4.485/2013, c/c a Lei Municipal nº 4.885/2016)	R\$ 2.051,26
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 2.051,26.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)  
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC- Nº 001425/2018

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS MORAIS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO DECISÃO Nº 287/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte em favor de FRANCISCO DAS CHAGAS MORAIS, CPF nº 007.690.373-72, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada ADELAIDE DIAS DA ROCHA MORAIS, CPF nº 138.484.963-72, matrícula nº 065272-5, servidora inativa no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe I, Padrão E, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 20/12/2014.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 2259/17, concessiva da pensão do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 237, de 21 de dezembro de 2017, com proventos mensais no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)  
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC- Nº 020864/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADA: JOSILEUDA FRANCISCA DA SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FMPS-FUNDO MUNIC. DE PREVIDÊNCIA DE PAULISTANA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 288/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte requerida por Josileuda Francisca da Silva, CPF nº 462.644.183-15, por si, devido ao falecimento de seu companheiro, Pedro José Vieira Coelho, CPF nº 268.155.083-15, RG nº 964.508-PI, servidor na ativa do quadro de pessoal da Prefeitura de Paulistana-PI, no cargo de Motorista, ocorrido em 23/10/2010.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 04) com o Parecer Ministerial (peça 05), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 65/18, concessiva da pensão da interessada, ato publicado no Diário Oficial dos Municípios, edição MMMDLVI (3.556), de 16/04/18 (peça 02), com proventos mensais no valor de R\$ 535,50 (quinhentos trinta e cinco reais e cinquenta centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo

único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)  
Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC- Nº 018265/2016

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADA: DORALICE REIS JESUS SOUSA RIBEIRO

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 289/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte em favor de DORALICE REIS JESUS SOUSA RIBEIRO, CPF nº 181.132.303-00, na condição de companheiro, devido ao falecimento do ex – segurado JOAQUIM JOVELINO DE OLIVEIRA, CPF nº 096.221.363- 20, matrícula nº 064445-5, servidor inativo no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe I, Padrão E, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 04/02/2013.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 04) com o Parecer Ministerial (peça 05), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 854/16, concessiva da pensão da interessada, ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 178, de 21/09/16 (peça 02), com proventos mensais no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para

providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho - Relator

PROCESSO TC- Nº 001866/2017

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: MATHEUS SALES TORRES DOS SANTOS SILVA

ÓRGÃO DE ORIGEM: REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 290/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte requerida por MATHEUS SALES TORRES DOS SANTOS SILVA (21/10/01), CPF nº 022.721.033-67, RG nº 4.398.838-PI, por si, na condição de filho menor devido ao falecimento de sua mãe, Maria de Jesus Torres Araújo, CPF nº 470.518.093-34, servidora ativa do município de Cajazeiras - PI, no cargo de Professora, ocorrido em 30/04/16.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 71/16, concessiva da pensão do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Município de Cajazeiras do Piauí, edição nº 3237, de 23/12/16, com proventos mensais no valor de R\$ 3.101,70 (três mil, cento e um reais e setenta centavos), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho  
Relator

PROCESSO TC- Nº 013312/2019

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA, A PEDIDO

INTERESSADO: ANTÔNIO SEBASTIÃO DE SOUSA,

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADORA: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO Nº 291/19 – GOR

Trata o processo de Transferência para a Reserva Remunerada, a pedido de ANTÔNIO SEBASTIÃO DE SOUSA, CPF nº 361.821.173-20 RG nº 10.8150-88, matrícula nº 014288-3, patente de 3º Sargento, lotado no BATALHÃO DE GUARDAS do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, com fundamento no art. 88, I e art. 89 da Lei nº 3.808/81 c/c o art. 52 da Lei nº 5.378/04.

Considerando a consonância das Informações da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03), com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL o Ato Concessório (Peça 02), datado de 10 de julho de 2019, concessivo da Transferência para Reserva Remunerada, a pedido, do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Estado nº 128, de 10/07/2019, com proventos mensais no valor de R\$ 3.682,18 (três mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos), como segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
SUBSÍDIO (Lei nº 6.173/12 acrescentado pelo art. 1º, I, II da Lei nº 7.132/18 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16).	R\$ 3.634,44
VPNI-Adicional (art. 55, II da Lei Complementar nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da Lei nº 6.173/12).	R\$ 47,74
<b>PROVENTOS A ATRIBUIR</b>	<b>R\$ 3.682,18</b>

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho - Relator

PROCESSO TC- Nº 012867/2017

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: JOÃO BATISTA DE SOUZA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDENCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 292/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte requerida por JOÃO BATISTA DE SOUZA, CPF nº 097.520.563-34, na condição de companheiro, devido ao falecimento da ex – segurada MARIA JOSÉ LEAL TEIXEIRA, CPF nº 099.643.043-15, matrícula nº 027160-8, servidora inativa no cargo de Zelador, Classe I, Padrão A, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 30/04/2003.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 06), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 376/17, concessiva da pensão do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Município de Teresina, edição nº 78, de 27/04/17, com proventos mensais no valor de R\$ 789,99 (setecentos e oitenta e nove e noventa e nove), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho

Relator

PROCESSO TC- Nº 018474/2017

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: ANTONIO DE ABREU FRANCO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDENCIA

RELATOR: CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº 293/19 - GOR

Trata o processo de Pensão por Morte requerida por ANTONIO DE ABREU FRANCO, CPF nº 014.561.993-15, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada ELVIRA FRANCISCA DOS SANTOS FRANCO, CPF nº 240.319.683-53, matrícula nº 072700-8, servidora inativa no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe I, Padrão C, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 31/08/2014.

Considerando a consonância da Informação da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 03) com o Parecer Ministerial (peça 04), DECIDO, com fundamento no art. 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 1.198/17, concessiva da pensão do interessado, ato publicado no Diário Oficial do Município de Teresina, edição nº 139, de 26/06/17, com proventos mensais no valor de R\$ 724,00 (setecentos e setecentos e vinte e quatro reais), autorizando o seu registro nos termos do art. 86, III, b, da CE/89 c/c o art. 197, IV, a, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se o Processo à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta Decisão. Aguarde-se o transcurso do prazo recursal. Após, encaminhe-se o Processo ao Arquivo do TCE/PI, para providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho - Relator

PROCESSO: TC Nº 026870/2017

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SERVIDOR JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.



INTERESSADA: ALDENORA PEREIRA BARROS OLIVEIRA.

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

DECISÃO Nº 299/19 – GLM

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins - Conselheira Relatora

PROCESSO: TC Nº 001443/2018

Trata o processo de pensão por morte, em favor de Aldenora Pereira Barros Oliveira, CPF nº 453.851.303-20, RG nº 343.354-PI, na condição de viúva do servidor João Rodrigues de Oliveira, CPF nº 159.280.473-04, RG nº 90.088-PI, servidor inativo da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, no cargo de Técnico da Fazenda Estadual, classe III, referência “C”, cujo óbito ocorreu em 13/09/14.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 02) com o Parecer Ministerial (peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 1.884/2017 (peça 02, fl. 72), publicada no Diário Oficial do Estado nº 220, de 27/11/2017, concessiva da pensão por morte da interessada Sra. Aldenora Pereira Barros Oliveira, em conformidade com a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, c/c LC nº 40/04, Lei 10.887/04, Lei 8.213/91 e Art. 40, § 7º, II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.406,90 (três mil, quatrocentos e seis reais e noventa centavos).

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS		FUNDAMENTAÇÃO				VALOR R\$	
VENCIMENTO		Lei 6.410/2013				3.406,90	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEPEN-DÊNCIA	CPF	DATA DE INÍCIO	DATA FIM	% RA-TEIO	VALOR R\$
Aldenora Pereira Barros Oliveira	24.12.1944	Cônjuge	453.851.303-20	13.09.2014	-----	—	3.406,90

Encaminha-se à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, seja enviado à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EX-SEGURADO MANOEL ALVES DA SILVA.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

INTERESSADA: MARIA ZENAIDE FERREIRA MARTINS DA SILVA.

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

DECISÃO Nº 300/19 – GLM

Trata o processo de pensão por morte, em favor de Maria Zenaide Ferreira Martins da Silva, CPF nº 217.627.913-15, na condição de cônjuge, devido ao falecimento do ex – segurado Manoel Alves da Silva, CPF nº 200.624.353-53, matrícula nº 039457-2, servidor ativo no cargo de Agente Técnico de Serviço, Classe II, Padrão A, do quadro de pessoal da Secretaria de Segurança, ocorrido em 09/06/2014.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 02) com o Parecer Ministerial (peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 2.167/2017 (peça 02, fls. 23/24), publicada no Diário Oficial do Estado nº 237, de 21/12/2017, concessiva da pensão por morte da interessada Sra. Maria Zenaide Ferreira Martins da Silva, em conformidade com a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, c/c LC nº 40/04, Lei 10.887/04, Lei 8.213/91 e Art. 40, § 7º, II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 1.895,62 (hum mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR R\$
VENCIMENTO	Lei 6.399/2013	886,31
VANTAGEM PESSOAL	Lei Complementar nº 38/2004	1.009,31
	Total	1.895,62



BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEPEN-DÊNCIA	CPF	DATA DE INÍCIO	DATA FIM	% RA-TEIO	VALOR R\$
Maria Zenaide Ferreira Martins da Silva	09.04.1954	Cônjuge	217.627.913-15	09.06.2014	----	—	1.895,62

Encaminha-se à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, seja enviado à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 07 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente  
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins  
Conselheira Relatora

PROCESSO: TC Nº 014739/2017

#### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EX-SEGURADO MANOEL RODRIGUES SOARES.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

INTERESSADA: MIRIAN DA COSTA ARAÚJO SOARES.

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

DECISÃO Nº 301/19 – GLM

Trata o processo de pensão por morte, em favor de Mirian da Costa Araújo Soares, CPF nº 678.375.143-00, na condição de Cônjuge, devido ao falecimento do ex – segurado Manoel Rodrigues Soares, CPF nº 354.140.303-91, matrícula nº 005195X, servidora inativa no cargo de Trabalhador Braçal, Classe C, Referência 09, do quadro de pessoal do DER-PI, ocorrido em 22/12/2016.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 02) com o Parecer Ministerial (peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 1.077/2017

(peça 02, fl. 96), publicada no Diário Oficial do Estado nº 106, de 07/06/2017, concessiva da pensão por morte da interessada Sra. Mirian da Costa Araújo Soares, em conformidade com a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, c/c LC nº 40/04, Lei 10.887/04, Lei 8.213/91 e Art. 40, § 7º, II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta centavos)

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS		FUNDAMENTAÇÃO				VALOR R\$	
VENCIMENTO – PROPOR- CIONAL – R\$ 545,56 x 30/35		Lei Complementar nº 106/2008				467,62	
VPNI - URP		Lei Complementar nº 33/03				156,44	
GRATIFICAÇÃO ADICIO- NAL		Lei Complementar nº 33/03				132,93	
COMPLEMENTO DO SA- LÁRIO		Art. 7º, VII e 201, § 2º da CF/88				123,01	
TOTAL						880,00	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEPEN- DÊNCIA	CPF	DATA DE INÍCIO	DATA FIM	% RA- TEIO	VALOR R\$
Mirian da Costa Araújo Soares	24.09. 1937	Cônjuge	678.375.143- 00	22.12. 2016	Vitalício	100,00	880,00

Vale ressaltar que o valor estabelecido é inferior ao salário mínimo em vigor, devendo o benefício ser concedido com base no mesmo, a fim de atender ao disposto no art. 7º, VII da CF/88.

Encaminha-se à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, seja enviado à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente  
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins  
Conselheira Relatora

PROCESSO: TC Nº 006474/2018

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADA: MARIA CÉLIA GOUVEIA DE SOUSA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FMPS - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PICOS

PROCURADOR: MARCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

DECISÃO Nº 302/19 – GLM

Trata o processo de ato de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de contribuição com Proventos Integrais, concedida à servidora Maria Célia Gouveia de Sousa, CPF nº 150.257.483-72, RG nº 324.523-PI, matrícula nº 1762, ocupante do cargo de Professora 40 horas, classe “C”, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Município de Picos-PI.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o parecer ministerial (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria de nº 567/2017 (Peça 02, fls. 36/37), publicada no Diário Oficial dos Municípios, Ano XVII, Edição MMMCCCLXXVI, de 18/07/2017, concessiva da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, da Srª Maria Célia Gouveia de Sousa, nos termos do art. 6º da EC nº 41/03 c/c o § 5º do art. 40 da CF/88 e arts. 23 e 29, atualizado pelo art. 7º da lei nº 2.340 que altera a Lei Municipal nº 2.264/07, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno com proventos mensais no valor de R\$ 3.751,96 (três mil, setecentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos).

DISCRIMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NA ATIVIDADE	
Salário Base, de acordo com o art. 46 da Lei nº 1.729 de 27 de 1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Picos-PI	R\$ 2.908,50
Anuênio (19 anos), de acordo com o art. 68 da Lei nº 1.729 de 27 de 1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Picos-PI	R\$ 552,61
Regência, Gratificação de Regência classe (10%), de acordo com o art. 2º da Lei 2.422, de 01 de novembro de 2011, que fixa a remuneração dos cargos e carreiras dos servidores públicos efetivos do Magistério da Educação.	
TOTAL DE REMUNERAÇÃO NA ATIVIDADE	R\$ 290,85

PROVENTOS A ATRIBUIR NA INATIVIDADE

R\$ 3.751,96

Encaminha-se à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, seja enviado à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheira Relatora

PROCESSO: TC Nº 008929/2019

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EX-SEGURADO ALDEMIR SOARES DA SILVA.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

INTERESSADA: CLEONICE NUNES DE SOUSA SILVA, WESLEY THIAGO LIMA DA SILVA, TAISLANE LIMA DA SILVA.

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS.

DECISÃO Nº 303/19 – GLM

Trata o processo de pensão por morte, requerida por Cleonice Nunes de Sousa Silva, CPF nº 808.551.133-91 e pelos filhos menores do ex-servidor, Taislane Lima da Silva, nascida em 25/11/02, CPF nº 082.268.993-62 e Wesley Thiago Lima da Silva, nascido em 02/07/14, CPF nº 082.268.803-43, devido ao falecimento do Sr. Aldemir Soares da Silva, CPF nº 061.044.418,23, RG nº 10.8226582-6-PM-PI, servidor inativo do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, na patente de Cabo-PM, ocorrido em 15.08.2018.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 02) com o Parecer Ministerial (peça 03), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria nº 468/2019 (peça 02, fl. 178), publicada no Diário Oficial do Estado nº 56, de 25/03/2019, concessiva da pensão por morte da interessada Sra. Cleonice Nunes de Sousa Silva, e pelos filhos menores do ex-servidor, Taislane Lima da Silva, e Wesley Thiago Lima da Silva, em conformidade com a Lei Complementar nº 13/94, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no(a) Art.

42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de R\$ 3.534,28 (três mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos)

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS			FUNDAMENTAÇÃO				VALOR R\$
SUBSÍDIO VPN – GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIA MILI- TAR			Lei Nº 7.081/2017 c/c Lei nº 6.933/2016 c/c Lei nº 7.132/2018 c/c pareceres no 983/2018 e 1.027/2018 c/c despachos GB-PCJ nº 026/2018, PGE/CJ nº 983/2018 e PGE/CJ nº 058/2019				3.486,54
			Lei nº 6.173/2018				47,74
TOTAL							3.534,28
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEPEN- DÊNCIA	CPF	DATA DE INÍCIO	DATA FIM	% RA- TEIO	VALOR R\$
Cleonice Nunes de Sousa Silva	01.07. 1958	Cônjuge	805.551.133- 91	15.08. 2018	Vitalício	33,33	1.178,09
Wesley Thiago Lima da Silva	02.07. 2014	Filho menor não emanci- pado	082.268.803- 43	15.08. 2018	02.07. 2035	33,33	1.178,09
Taislane Lima da Silva	25.11. 2002	Filha menor não emanci- pada	082.268.993- 62	15.08. 2018	25.11. 2023	33,33	1.178,09

Encaminha-se à Segunda Câmara, para fins de publicação desta decisão e, após transcorrido o prazo recursal, seja enviado à Diretoria Administrativa/Seção de Arquivo para devolução ao órgão de origem.

Gabinete da Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

Assinado digitalmente  
 Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins  
 Conselheira Relatora

PROCESSO TC Nº 017518/2019

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO REFERENTE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF PELO ESTADO DO PIAUÍ – EXERCÍCIO 2019

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADORES: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR E RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

DECISÃO: 304 - GLM

DECISÃO MONOCRÁTICA

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Representação, cumulada com pedido de medida cautelar inaudita altera pars (sem a oitiva da parte contrária), apresentada pelos representantes do Ministério Público junto a esta Contas, Procuradores José Araújo Pinheiro Júnior e Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa, em face do Governador do Estado do Piauí, Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias e do Secretário da Fazenda Estadual, Sr. Rafael Tajra Fonteles, objetivando, em sede cautelar, determinação para que o Governo do Estado “mantenha suspensa qualquer medida administrativa voltada à contratação de instituição financeira para celebrar contrato de antecipação de crédito decorrente do precatório FUNDEF”.

Narram os representantes ministeriais que tomaram conhecimento, por meio do memorando n. 02/2019 – DFESP 1, de uma decisão judicial, emitida pelo juiz da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, em 26 de junho de 2019, requisitando o pagamento de R\$ 1.500.050.888,8 (um bilhão, quinhentos milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), em favor do Estado do Piauí, prolatada nos autos da Ação Ordinária n. 50616-27.1999.04.03.6100 e na Ação de Execução nº. 1000596-34.2017.4.01.4000.

Aduzem que o Estado do Piauí, objetivando contornar o lapso temporal entre a expedição do precatório e o seu efetivo pagamento, publicou, no Diário Oficial do Estado do dia 13 de agosto de 2019, a Lei Estadual n. 7.243/2019, autorizando o Poder Executivo a contratar operação financeira de antecipação do crédito do precatório. Informa ainda que o referido ente federativo realizou Audiência Pública destinada exclusivamente a colher sugestões e contribuições sobre a minuta do Termo de Referência.

Relata o órgão ministerial, que a utilização dos recursos provenientes do FUNDEF está disciplinada nesta Corte de Contas na Instrução Normativa TCE n. 03/2019, a qual prevê que o Ministério Público de Contas promoverá representação, com pedido de bloqueio das contas ou arquivamento do pedido, conforme for demonstrado o cumprimento ou não pelos Municípios das determinações exigidas para a utilização dessas verbas, dentre as quais a apresentação de plano de aplicação de recursos, observando-se as destinações e vedações previstas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96.

Asseveram que o Estado do Piauí, ao prevê, no art. 50, § 20 da Lei nº 7.243/2019, a possibilidade de o Poder Executivo utilizar os recursos obtidos com a antecipação em despesas da área de educação, “inclusive na capitalização do fundo de previdência dos servidores públicos na proporção dos benefícios previdenciários dos servidores da área da Educação”, contrariou o entendimento consolidado por esta Corte de Cortas, que expressamente exclui a possibilidade de utilização dos recursos dos precatórios do FUNDEF para pagamento de passivo previdenciário.

Ressaltaram que, tanto para o TCU quanto para este TCE, a totalidade dos recursos recebidos (100%) a título de precatórios do FUNDEF deve ser utilizada com a manutenção e desenvolvimento da educação, abstendo-se o gestor do pagamento aos profissionais da educação.

Afirmam que a realização de operação de crédito relativa aos recursos do FUNDEF não seria prudente, uma vez que os recursos pretendidos ainda estão pendentes de análise nos autos de Ação Rescisória nº. 5006325-85.2017.4.03.0000, ajuizada pela União Federal, onde há probabilidade de vir a ser proferida nova decisão judicial, em curso no Tribunal Regional da Primeira Região.

Além disso, alegam que, ao se confirmar a referida contratação, o Estado do Piauí terá que arcar com o deságio no importe de R\$ 320 milhões de reais, não se vislumbrando justificativa plausível para uma operação de crédito açodada que acarretará o pagamento de juros nesta ordem, valor que representa em torno de 21,33% do valor do crédito adquirido (R\$ 1.500.050.888,82).

Defendem, por fim, a necessidade de que o procedimento adotado por meio da Instrução Normativa TCE nº 03/2019, em que pese tratar apenas do procedimento quanto aos municípios, deve ter aplicação estendida ao Estado do Piauí, visto que inexistia discriminação constitucionalmente válida para tratamento diferenciado, bem como da implantação de plano de ação estratégico por parte do Governo do Estado em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação.

É o relatório. Decido.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os presentes autos, verifico que estão presentes os pressupostos necessários ao recebimento e tramitação da presente demanda. Com efeito, o representante ministerial tem legitimidade ad causam (art. 234, inciso III, do Regimento Interno TCE/PI), tendo expostos os fatos com clareza e carreado documentação respectiva, com a qual pretende comprovar os fatos apontados. Diante disso, conheço da representação, nos termos dos arts. 96 da Lei 5.888/09 (Lei Orgânica do TCE/PI) e art. 226, do Regimento Interno do TCE/PI.

No mérito, versam os presentes autos sobre representação em que se discute a aplicação dos recursos provenientes de precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), sucedido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

A propósito, por ocasião do julgamento dos Embargos Declaratórios TC/023961/2017 - Pedido de reforma de decisão normativa do TCE/PI contida no Acórdão nº. 2.711, de 13 de dezembro de 2018 (Decisão nº. 1.379/18) opostos pela Associação Piauiense dos Municípios (APPM), este Egrégio Tribunal de Contas, debruçando-se sobre a matéria, e em conformidade com o entendimento consolidado no Tribunal de Contas da União (Acórdão 1.824/2017 - Plenário; Acórdão 1.962/2017 - Plenário; Acórdão 2.866/2018 - Plenário), deliberou que os recursos recebidos a título de complementação da União no FUNDEF, reconhecidos judicialmente não podem ser utilizados para pagamento de parcelas remuneratórias ou encargos sociais independentemente da natureza dessas parcelas, como, por exemplo, remunerações atrasadas ou do exercício corrente, abonos, indenizatórios, rateios, passivos trabalhistas e previdenciários, entre outros.

Consignou-se ainda, que seriam bloqueados os valores recebidos pelos municípios oriundos dos precatórios judiciais do FUNDEF, condicionando o desbloqueio de tais verbas ao cumprimento das seguintes determinações, in verbis:

1. A efetiva publicação oficial do acórdão (com todos seus fundamentos) a materializar a deliberação do Tribunal de Contas da União (ocorrida no dia 05 de dezembro de 2018);
2. Recolhimento integral do recurso em conta bancária específica, a fim de garantir-lhe a finalidade e a rastreabilidade;
3. Comprovação de autorização legislativa para a aplicação dos recursos recebidos, mediante apresentação da Lei Orçamentária Municipal ou de Lei Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais;
4. Apresentação, como anexo da Lei Orçamentária, de Plano de Aplicação de Recursos, observando-se as destinações e vedações previstas nos arts. 70 e 71, respectivamente, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, compatível com o Plano Nacional de Educação, os objetivos básicos das instituições educacionais e os respectivos planos estaduais e municipais de educação, dando-lhe ampla divulgação.

5. Abstenção de pagamento de honorários advocatícios com tais recursos, sem prejuízo da verificação da legalidade das contratações dos serviços técnicos especializados, não podendo, ainda, ser utilizados para pagamentos de rateios, abonos indenizatórios, passivos trabalhistas ou previdenciários, remunerações ordinárias ou outras denominações de mesma natureza, aos profissionais de educação, de forma que a aplicação desses recursos fora da destinação a que se refere a presente decisão implica a imediata necessidade de recomposição do Erário, ensejando, ainda, a responsabilidade pessoal do gestor que deu causa ao desvio

Portanto, no âmbito deste Tribunal, a aplicação dos recursos do FUNDEF encontra-se satisfatoriamente disciplinada, devendo, por isso, os entes públicos credores de precatórios do referido fundo especial obediência ao referido comando. O Estado do Piauí, embora a princípio não seja destinatário expresso da referida decisão, também deve observar os aludidos preceitos, uma vez que a finalidade da norma foi a regular aplicação dos recursos públicos, e não um ente federativo específico.

No que se refere ao pedido cautelar para manter suspensa qualquer medida administrativa voltada à contratação de instituição financeira para celebrar contrato de antecipação de crédito decorrente do precatório FUNDEF, entende-se que, no atual momento, não existe um perigo concreto de lesão ao erário, na medida em que não foi comprovado o início de quaisquer processos licitatórios de contratação, nem mesmo de ingresso de quaisquer recursos nos contas públicas.

Não se pode afirmar também, que a eventual realização de operação de crédito possa, por si só, indicar possível lesão ao erário, e, por isso, justificar a concessão de provimento cautelar impeditiva de tal operação. Com efeito, nos autos da Consulta TC/012365/2016 (Acórdão 1.602-A/17), sobre o pagamento de gastos com FUNDEF através de precatórios, realizada pelo Município de Miguel Alves, esta Corte de Contas, ao responder diversos questionamentos sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF, estabeleceu que:

Desconhecem-se óbices legais para a cessão de crédito de precatório, contudo, ressalta-se ainda que, a depender da formatação do negócio jurídico, a referida operação pode ser enquadrada como operação de crédito, devendo seguir todos os requisitos legais para tanto (Lei nº 4.320/64, LC nº 101/00, entre outros). Cabe por fim lembrar que o pagamento de deságio com os recursos do FUNDEF somente é permitido nas operações de crédito destinadas a financiar ações governamentais na área de educação (ver questão nº 1), sob pena de violação dos arts. 212 da Constituição Federal, 60 do ADCT, e 70, VII, da Lei nº 9.394/96.

Portanto, a receita advinda de precatório judicial, por ser classificada como ‘Receita Orçamentária’, nos termos do art. 57 da Lei 4.320/64, não sofre com óbices legais específicos se forem cumpridos todos os 14 requisitos do dispositivo mencionado, a seguir:

1) Previsão expressa na Lei Orçamentária Anual, em créditos adicionais ou lei específica (artigo 165, § 80 da Constituição Federal e artigo 38, caput e 32, § 11, I da LRF);

2) Não pode exceder ao montante das despesas com capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (Art. 167, III da Constituição Federal);

3) O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação (art. 32, § 10 da LRF);

4) Observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal (art. 32, § 10, III da LRF);

5) Autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo (art. 32, § 11, IV da LRF);

6) Observância do limite de despesa com pessoal, da dívida consolidada e da dívida mobiliária (art. 32, § 10, VI da LRF);

7) Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício (Art. 38, I, LRF);

8) Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano (Art. 38, II, LRF);

9) Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir (Art. 38, III, LRF);

10) Estará proibida de contratar enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada ou no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal (Art. 38, IV, LRF);

11) As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil (Art. 38, § 20, LRF);

12) O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora (Art. 38, § 3º, LRF).

13) O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (Art. 10 da Resolução Senado Federal nº 43/2001);

14) A proposta firme não pode apresentar taxa de juros superior a uma vez e meia a TBF vigente no dia do seu encaminhamento (Art. 37, § 41 da Resolução Senado Federal nº 43/2001);

Discussão semelhante foi levantada nos autos do Processo de Denúncia TC/014755/2016 (Acórdão nº. 2.936/2016), em que se discutiu a possibilidade do Município de Teresina de celebrar contrato de cessão de crédito com instituição financeira no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, que para os denunciante representaria a realização de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, o que contrariaria a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Não se adentrou o mérito, em parte, pela contenda já ter sido judicializada, embora isso não seja motivo para não posicionamento do Tribunal.

Dessa forma, diante dos elementos constantes nestes autos, ainda não há comprovação de perigo de lesão ao erário ou de descumprimento das determinações deste Tribunal sobre a matéria, uma vez que também não foi dado início à licitação, que também é um momento em que esta Corte de Contas poderá realizar sua atividade fiscalizatória.

Sendo assim, salvo melhor juízo, entendo que, neste momento processual, não há razões suficientes que justifiquem a suspensão de “qualquer medida administrativa voltada à contratação de instituição financeira para celebrar contrato de antecipação de crédito decorrente do precatório FUNDEF”, na forma pretendida



pelos representantes ministeriais.

Registro, por fim, que esta decisão limita-se à esfera cautelar, de modo que não traduz exame exauriente e definitivo da pretensão ministerial.

### III – DISPOSITIVO

Os argumentos postos nesta representação são relevantes e possuem ampla razoabilidade, mas, no momento, não se faz presente a probabilidade de existência do direito invocado pelos representantes. Além disso, não vislumbro o perigo da demora, pois em qualquer situação deverá haver análise prévia de como deverão ser aplicados os recursos provenientes da operação de crédito (precatórios).

Ante o exposto, por entender ausentes os requisitos autorizadores (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), INDEFIRO A MEDIDA CAUTELAR VINDICADA.

Registre-se, porém, que o Estado do Piauí não está desobrigado do cumprimento dos requisitos estabelecidos no TC/023961/2017 – Embargos de Declaração - Pedido de reforma de decisão normativa do TCE/PI contida no Acórdão nº. 2.711, de 13 de dezembro de 2018 (Decisão nº. 1.379/18) para a aplicação dos recursos provenientes do FUNDF, recebidos mediante precatórios judiciais, tudo em conformidade com o entendimento consolidado no Tribunal de Contas da União (Acórdão 1.824/2017 - Plenário; Acórdão 1.962/2017 - Plenário; Acórdão 2.866/2018).

Registre-se ainda que o ente aqui representado também não está desincumbido de adotar os 14 requisitos dos dispositivo mencionados na Consulta TC/012365/2016 (Acórdão 1.602-A/17), acima discriminados, quando da realização da sobredita operação de crédito.

Remetam-se os autos à Secretária das Sessões para que proceda a publicação desta decisão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas.

Encaminhe-se o feito ao Plenário para apreciação da presente medida, conforme determina o art. 451 do RITCE/PI.

Ato contínuo, remetam-se estes autos à Diretoria Processual para que providencie a notificação do Exmo Sr Governador do Estado do Piauí, Sr. José Wellington Barroso de Araújo Dias e o Exmo Sr Secretário da Fazenda Estadual, Sr. Rafael Tajra Fonteles, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do AR aos autos, apresentem defesa aos fatos narrados nesta Representação.

Teresina, 08 de outubro de 2019.  
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins  
Conselheira Relatora

PROCESSO: TC/018174/2017.

### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA EX-SEGURADA LINA CARDOSO DE ARAÚJO - CPF Nº 066.368.023-91.

INTERESSADO: RAIMUNDO PEREIRA DE ARAÚJO - CPF Nº 132.835.293-53.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

DECISÃO Nº 300/19 - GJC.

Trata-se de Pensão por Morte em favor de RAIMUNDO PEREIRA DE ARAUJO, CPF nº 132.835.293-53, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada LINA CARDOSO DE ARAÚJO, CPF nº 066.368.023-91, matrícula nº 0331309, servidora ocupante do cargo de Agente Técnico de Serviço, classe I, padrão E, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, ocorrido em 07/11/2016. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. Nº 144, em 02 de julho de 2017.

Assim, considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2019MA0657 (Peça 04) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº. 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL o ato concessório da pensão em favor de RAIMUNDO PEREIRA DE ARAUJO, na condição de esposo, devido ao falecimento de sua esposa, LINA CARDOSO DE ARAÚJO, conforme materializado na PORTARIA GP Nº 756/2019 – PIAUÍ PREVIDÊNCIA, (fls. 78 da peça 02) de 18 de julho de 2017, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos mensais totalizando a quantia de R\$1.192,58(um mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS	
COMPLEMENTO LEI 6933 (LEI 6933/2016).	R\$ 26,14
PROVENTOS (LEI ESTADUAL Nº 6560/2014).	R\$ 1.136,56
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (LC Nº 13/94).	R\$ 29,88
PROVENTOS A ATRIBUIR	R\$ 1.192,58

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, ao Arquivo do TCE/PI para as providências cabíveis e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

- Relator -

PROCESSO: TC/016939/2019

Republicar em razão de incorreção no ano da decisão

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: AGRAVO REF. DENÚNCIA SOBRE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA NOVA DO PIAUÍ.

AGRAVANTE: IDEAL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME.

ADVOGADO DO AGRAVANTE: UANDERSON FERREIRA DA SILVA – OAB/PI Nº 5.456.

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

PROCURADOR: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA.

DECISÃO Nº 301/19 – GJC.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de agravo TC/016939/2019, interposto pela empresa Ideal Serviços de Limpeza e Construtora Ltda – ME, em face da Decisão Monocrática nº 248/2019 – GWA, de 26/07/2019, proferida por mim em substituição à Conselheira Waltânia Alvarenga, relatora do Processo TC/024693/2017 (Denúncia – P. M. Vila Nova do Piauí, 2017), no qual foi proferida a decisão cautelar.

Como medida de prudência, pelo risco de lesão de dano ao erário e de ineficácia da decisão de mérito, em razão dos fatos narrados na Denúncia supracitada e por sugestão da Divisão Técnica e do Ministério Público de Contas, foi concedida Medida Cautelar determinando “que o Prefeito Municipal de Vila do Piauí, Sr. Edilson Edmundo Brito SUSPENDA QUALQUER PAGAMENTO FEITO À EMPRESA IDEAL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA. ME”.

Faço a ressalva de que, não obstante o Agravo tenha sido interposto após o prazo regimental, este deve ser recebido. Ocorre que a Decisão Agravada não fez constar o nome da Agravante, tampouco de seu advogado devidamente habilitado nos autos, motivo pelo qual só tomou ciência da decisão a ele prejudicial depois de transcorrido tal prazo.

É o suficiente a relatar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

A concessão da Medida Cautelar foi motivada por irregularidades apontadas tanto pelo Denunciante,

quanto pela própria Divisão Técnica, em contrato firmado entre a empresa Ideal Serviços de Limpeza e Construções LTDA-ME e a Prefeitura Municipal de Vila Nova do Piauí, quais sejam: a) subcontratação total do serviço; b) incapacidade técnica em participar de licitações desta natureza; c) gasto superior ao custo efetivo do serviço.

Diante da Decisão de suspensão de pagamentos para a empresa, o seu representante apresentou Agravo, requerendo que seja reconsiderada a decisão; ou alternativamente, que seja mantida a determinação de suspensão dos pagamentos apenas por serviços contratados de transporte junto à Agravante pela municipalidade de Vila Nova do Piauí analisados da Denúncia, liberando pagamentos cujo objeto contratado seja outro.

Trouxe como argumentos, em suma, os seguintes fatos:

1. Que determinação de suspender todo e qualquer pagamento à empresa extrapola os limites da denúncia, gerando uma situação desproporcional e desarrazoada diante dos fatos analisados por esta Corte de Contas;

2. Que é uma empresa cuja atividade precípua é a prestação de serviços de engenharia, e, por um tempo, considerou a prestação dos serviços de transporte, o que já não mais oferta dentre os serviços da empresa, tendo, inclusive, os contratos analisados na presente denúncia já se exaurido pelo decurso do tempo, não produzindo mais quaisquer efeitos;

3. Que está realizando os seguintes serviços de engenharia contratados mediante procedimento licitatório: a) obras de melhoria sanitária domiciliar; b) pavimentação; c) ampliação de abastecimento de água; d) manutenção de poços tubulares; e e) academia de saúde. Estes serviços também estão com seus pagamentos suspensos.

Após a análise dos fatos narrados e da documentação juntada aos autos, é possível inferir que, de fato, em parte substancial das alegações, assiste razão ao Agravante.

De todo o exposto, parece-me que não há razão para manter a suspensão dos pagamentos à empresa de maneira irrestrita conforme determinado na Medida Cautelar. Entendo que suspender os pagamentos de serviços outros que não os analisados na Denúncia é uma medida desarrazoada e ultrapassa o objeto analisado e os fatos constantes nos autos.

Assim, revogo a Medida Cautelar concedida por meio da Decisão Monocrática nº 248/2019 – GWA, no sentido de manter a determinação de suspensão dos pagamentos apenas por serviços contratados de transporte junto à Agravante pela municipalidade de Vila Nova do Piauí analisados da Denúncia, liberando pagamentos cujo objeto contratado seja outro.

## 3. DECISÃO

Do exposto, revogo a MEDIDA CAUTELAR nos termos do pedido II do Agravante, ou seja, no

sentido de manter a determinação de suspensão dos pagamentos apenas por serviços contratados de transporte junto à Agravante pela municipalidade de Vila Nova do Piauí analisados da Denúncia, liberando pagamentos cujo objeto contratado seja outro.

Encaminhe-se à Presidência, para que se dê imediata ciência - POR TELEFONE/FAX/E-MAIL e Empresa de Correios e Telégrafos, com Aviso de Recebimento – AR, desta decisão ao gestor da Prefeitura Municipal de Vila Nova do Piauí, Sr. Edilson Edmundo de Brito.

Intime-se a empresa Ideal Serviços de Limpeza e Construção Ltda – ME, por meio de seu advogado Dr. Uanderson Ferreira da Silva – OAB/PI Nº 5.456.

Publique-se a Decisão no Diário Eletrônico do TCE/PI.

Por fim, encaminhe-se o feito ao Plenário para apreciação, nos termos do art. 87, §2º da Lei nº 5.888/09.

Teresina-PI, 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo  
Conselheiro Substituto

PROCESSO: TC/004706/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 270/2019-GDC

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADO: EDSON VILAR GOMES (CPF Nº 564.494.291-00)

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE CORRENTE

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR: JOSE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR

Trata o processo de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, de interesse do servidor, Sr. EDSON VILAR GOMES, CPF nº 564.494.291-00, RG nº 533.802 SSP-PI, nascido em 09/07/1959, matrícula nº 194-1, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação do Município de Corrente - PI, com fundamento no Art. 23 C/C 29 da Lei nº 461/2009, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência de Corrente e art.6º da Emenda Constitucional

nº 41 de 19/12/2003 c/c §5º do art. 40 da Constituição da república de 1988, para fins de registro do ato de inativação publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição MMMDCCLIII, de 30 de janeiro de 2019 (fl. 32 da peça nº 2 do processo eletrônico – Aposentadoria).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça nº 3 do processo eletrônico – INFAPO) com o parecer ministerial (peça nº 4 do processo eletrônico – PARMMV), e em cumprimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 86, inciso III, “b” da Constituição Estadual c/c o art. 2º, IV da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI), art. 197, inciso II, e art. 246, inciso II, c/c o art. 373 da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto de 2011, republicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas nº 13/14 em 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno do TCE/PI), DECIDO JULGAR LEGAL a Portaria nº 481/2019 (fls. 28-31 da peça nº 2 do processo eletrônico – Aposentadoria), concessiva da aposentadoria ao requerente, autorizando o seu REGISTRO, com proventos mensais no valor de R\$ 3.363,83 (Três mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos) conforme discriminação abaixo:

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DOS PROVENTOS	
Vencimentos, de acordo com o artigo 1º, da Lei Municipal nº 675 de 21/02/2018, que atualiza o valor do piso nacional do magistério público de Corrente.	R\$ 2.455,35
Regência, de acordo com o artigo 82. VI, da Lei Municipal nº 462 de 23.06.2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos, Vencimento e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Corrente, em conformidade com o art. 6º da Lei 11.738/2008.	RS 294,64
Adicional por Tempo de Serviço, de acordo com o artigo 76, da Lei Municipal nº 462, de 23.06.2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos, Vencimento e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Corrente, em conformidade com o art. 6º da Lei 11.738/2008.	R\$ 613,84
TOTAL NA ATIVIDADE	R\$ 3.363,83
CÁLCULO NOS PROVENTOS	
TOTAL A RECEBER	R\$ 3.363,83

Encaminhe-se esta decisão à Segunda Câmara, para fins de publicação e transcurso do prazo recursal. Em seguida, envia-se à Seção de Arquivo e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 04 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Delano Carneiro da Cunha Câmara  
Conselheiro Substituto – Relator

PROCESSO: TC/010203/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 271/2019-GDC

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

INTERESSADA: IONETE ALVES DOS SANTOS (CPF Nº 619.330.071-68)

ÓRGÃO DE ORIGEM: IPMP - INST. DE PREV. DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR: JOSE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR

Trata o processo de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, de interesse da servidora, Sra. IONETE ALVES DOS SANTOS, CPF nº 619.330.071-68, RG nº 1.138.258 SSP-PI, nascida em 01/04/1967, matrícula nº 11114-1, ocupante do cargo de Professora 40 horas, Classe SE, Nível VIII, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba-PI, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c artigo 40, III, “a”, § 50 da Constituição Federal de 1988 e art. 39, III, §1º da Lei 2.192 de 07 de Dezembro de 2005, para fins de registro do ato de inativação publicado no Diário Oficial do Município de Parnaíba, nº 2063, de 12 de março de 2018 (fl. 46 da peça nº 2 do processo eletrônico – Aposentadoria).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça nº 3 do processo eletrônico – INFAP) com o parecer ministerial (peça nº 4 do processo eletrônico – PARMMV), e em cumprimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 86, inciso III, “b” da Constituição Estadual c/c o art. 2º, IV da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI), art. 197, inciso II, e art. 246, inciso II, c/c o art. 373 da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto de 2011, republicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas nº 13/14 em 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno do TCE/PI), DECIDO JULGAR LEGAL a Portaria nº 202/2018 (fls. 44-45 da peça nº 2 do processo eletrônico – Aposentadoria), concessiva da aposentadoria ao requerente, autorizando o seu REGISTRO, com proventos mensais no valor de R\$ 7.771,72 (sete mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos) conforme discriminação abaixo:

## COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DOS PROVENTOS

Vencimento, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.701 de 27/06/2012 que altera o anexo IV da Lei Municipal de Parnaíba nº 2.560 de 09/06/2010.	R\$ 5.359,81
Gratificação por Tempo de Serviço, nos termos do art. 73 da Municipal nº 1.366 de 02/01/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de – Parnaíba- PI.	R\$ 1.339,95
Gratificação de Regência, nos termos do art. 65 da Lei Municipal nº 2.560 de 09/06/2010 que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Parnaíba-PI.	R\$ 1.071,96
<b>TOTAL A RECEBER</b>	<b>R\$ 7.771,72</b>

Encaminhe-se esta decisão à Segunda Câmara, para fins de publicação e transcurso do prazo recursal. Em seguida, envia-se à Seção de Arquivo e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 04 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Delano Carneiro da Cunha Câmara  
Conselheiro Substituto – Relator

PROCESSO: TC/017268/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 274/2019-GDC

ASSUNTO: PEDIDO DE REEXAME EM FACE DO ACÓRDÃO Nº 875/2019 (TC/015724/2016)

RECORRENTE: CARLOS ALBERTO PAES LANDIM (CPF Nº 029.691.903-97)

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR(A): LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A): BEL. CARLOS AUGUSTO BATISTA (OAB-PI Nº 3837) – SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS.

Trata-se de interposição de Pedido de Reexame pelo Sr. Carlos Alberto Paes Landim (CPF nº 029.691.903-97, RG nº 69.431 SPP-PI), gestor da CEPRO – Fundação Centro de Pesquisa Econômica e Social no exercício financeiro de 2015, via advogado Bel. Carlos Augusto Batista (OAB-PI nº 3837), sem procuração nos autos, em face do Acórdão nº 2578/2017 do processo TC/015724/2016, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 107 do dia 07/06/2019.

Consoante o art. 408 do Regimento Interno do TCE/PI, o presente TC/017268/2019, protocolado em

26/09/2019, foi submetido à análise preliminar de aferição dos pressupostos essenciais ao seu conhecimento, sendo eles os arts. 152 e 153 da Lei nº 5.888/2009 (Lei Orgânica do TCE/PI) e nos art. 405, inciso II, art. 428, 429, 406, 414, inciso I, da Resolução TCE/PI nº 13/11, de 26 de agosto de 2011 (Regimento Interno do TCE/PI), bem como o art. 1003, §4º do Novo CPC.

Em análise, verificou-se que não fora acostado junto aos autos do Pedido de Reexame, cópia da decisão recorrida, bem como o comprovante da sua publicação, conforme aduz o art. 406 do Regimento Interno do TCE/PI, como se segue:

Art. 406. Os recursos serão interpostos mediante petição recursal.

§1º A petição recursal será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópia da decisão recorrida e da comprovação de sua publicação;

II - facultativamente, com outras peças que o recorrente entender úteis.

§2º A petição recursal indicará:

I - o órgão colegiado a que é dirigida ou, nos casos de embargos de declaração, o relator da decisão embargada;

II - o nome, o prenome, o estado civil, a profissão, o CPF, o RG, o domicílio e a residência do responsável ou do interessado;

III - o número e a data da decisão monocrática ou interlocutória, do acórdão ou do parecer prévio recorrido;

IV - o período de gestão;

V - os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;

VI - o pedido com suas especificações. (grifo nosso).

Ademais, vê-se que a petição recursal não indicou o número do acórdão a ser recorrido, conforme se dispõe o inciso III, do art. 406 do Regimento Interno do TCE/PI. Desta feita, não restam dúvidas quanto ao óbice do conhecimento do recurso, visto que o mesmo não cumpriu os requisitos regimentais para interposição de Pedido de Reexame.

Ante o exposto, extinguem-se e arquivem-se os autos em razão do seu NÃO CONHECIMENTO, uma vez que infringe os arts. 406 e 428 do Regimento Interno do TCE/PI.

Encaminhe-se esta decisão à Secretaria das Sessões para fins de publicação. Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 08/10/2019.

(Assinado eletronicamente)

Delano Carneiro da Cunha Câmara  
Conselheiro Substituto - Relator

PROCESSO: TC/013121/2016

DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

INTERESSADA: JOSILDA FLORIANO MELO MARTINS

ÓRGÃO DE ORIGEM: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 290/19 – GJV

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição EC nº 47/05, concedida à servidora Josilda Floriano Melo Martins, CPF nº 138.534.223-49, RG nº 187124-PI, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, PL-CL-L, matrícula nº 0979, do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí-PI, com fundamento no art. 3º da EC nº 47/05.

Considerando a consonância das informações apresentadas pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peças 03 e 16) com o Parecer Ministerial (Peça 17) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL o ATO DA MESA Nº 297/2016 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, concessivo da aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: a) Salário-Base (R\$ 2.863,96 - Lei nº 5.726/08, modificada pela Lei nº 6.468/13); b) Vantagem Pessoal (R\$ 2.028,94 – art. 11 e art. 26 da Lei nº 5.726/08, modificado pela Lei nº 6.468/13); c) GDF – Gratificação de Desempenho Funcional (R\$ 797,37 – art. 25 da Lei nº 5.726/08, modificada pela Lei nº 6.468/13) e; d) Gratificação PL GIFS – Especial (R\$1.417,53 - criada pela Lei nº 5.726/08, art. 12 e modificada pela Lei nº 6.468/13), totalizando a quantia de R\$ 7.107,80 (SETE MIL CENTO E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 03 de outubro de 2019.



(assinado digitalmente)

Jackson Nobre Veras

Conselheiro Substituto

Relator

PROCESSO: TC/016860/2019

## DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

INTERESSADA: ZENAIDE MARIA DE NEGREIROS

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE.

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 281/19 - GJV

Trata-se de Pensão por Morte em favor de Zenaide Maria de Negreiros, CPF nº 386.279.493-87, na condição de cônjuge, devido ao falecimento do ex-segurado, Dimas José de Negreiros, CPF nº 328.117.993-20, matrícula nº 0436232, servidor inativo no cargo de Trabalhador Braçal, do quadro de pessoal do DER-PI, ocorrido em 20/11/2018.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP com o parecer ministerial, DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA GP Nº 689/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA, concessiva da pensão por morte à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: Proventos (Geral – implantação – R\$ 1.032,23), totalizando o valor de R\$ 1.032,23 (UM MIL E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS).

Encaminhem-se a Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 01 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS

Conselheiro Substituto

Relator

PROCESSO: TC/016868/2019

## DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

INTERESSADA: EXPEDITA DE JESUS FERREIRA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE.

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº 280/19 - GJV

Trata-se de Pensão por Morte em favor de Expedita de Jesus Ferreira, CPF nº 035.960.383-16, na condição de cônjuge, devido ao falecimento do ex-segurado, Francisco Genoares Sobrinho, CPF nº 396.928.683-20, matrícula nº 0628263, servidor inativo no cargo de Agente Operacional de Serviço, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Piauí, ocorrido em 04/07/2016.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP com o parecer ministerial, DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA GP Nº 626/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA, concessiva da pensão por morte à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: Vencimento (Lei nº 7.081/17 c/c Lei nº 6.931/16 c/c Dissídio coletivo 2018.0001.0021901 – R\$ 971,70); Gratificação Adicional (art. 65 da LC nº 13/94 – R\$ 72,30), totalizando o valor de R\$ 1.044,00 (UM MIL E QUARENTA E QUATRO REAIS).

Encaminhem-se a Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 02 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
JACKSON NOBRE VERAS  
Conselheiro Substituto  
Relator

PROCESSO: TC/021647/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.

INTERESSADA: MARIA LÚCIA CUNHA LOPES

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS.

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

DECISÃO Nº 288/19 - GJV

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, regra de transição EC nº 41/03, concedida a servidora MARIA LUCIA CUNHA LOPES, Pis/Pasep nº 17019464708, CPF nº 131.357.913-00, ocupante do cargo de Professor(a), 40 horas, Classe “SL”, Nível “II”, matrícula nº 0476641, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, com arrimo no art. 6º, I,II,III e IV da EC nº 41/03.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 3) com o Parecer Ministerial (Peça 4) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a Portaria nº 1.694/2018-PIAUÍ PREVIDÊNCIA, concessiva da aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento de acordo com a LC nº 71/06 c/c Lei nº 5.589/06 acrescentada pelo Art. 2º, I da Lei nº 7.133/18 c/c art. 1º da Lei nº 6.933/16 (R\$3.403,29) e b) Gratificação Adicional de acordo com o art. 127 da Lei Complementar nº 71/06 (R\$ 112,17); PROVENTOS A ATRIBUIR NO VALOR DE R\$ 3.515,46 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E QUINZE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 03 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
JACKSON NOBRE VERAS  
Conselheiro Substituto  
Relator

PROCESSO: TC/021917/2018

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: FRANCISCO FERREIRA DE CARVALHO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE LAGOA ALEGRE DO PIAUÍ

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 287/19 - GJV

Os presentes autos tratam do benefício de Pensão por Morte requerida por FRANCISCO FERREIRA DE CARVALHO, CPF nº 319.784.013-53, RG nº 617.467-PI, por si, devido ao falecimento de sua esposa, Zuleide Ferreira do Nascimento, CPF nº 200.579.893-20, RG nº 440.418-PI, servidora inativa do quadro de pessoal do município de Lagoa Alegre-PI, no cargo de Professor, ocorrido em 30/10/17.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o parecer ministerial (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA Nº GP 118/18, concessiva da pensão por morte ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 4.119,22 – art. 1º da Lei Municipal nº 329/17), perfazendo o total de R\$ 4.119,22 (quatro mil cento e dezenove reais e vinte e dois centavos).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 02 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
Jackson Nobre Veras  
Conselheiro Substituto - Relator

Conselheiro Substituto

Relator Substituto

PROCESSO: TC/016977/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS.

REPRESENTANTE: PATROL – INDÚSTRIA COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP

REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCINÓPOLIS

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR REF. A TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

DECISÃO Nº 284 /19 - GJV

Trata-se de Representação ofertada pela empresa PATROL – INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP, referente ao certame licitatório (Tomada de Preços nº 001/2019) realizado pela Prefeitura Municipal de Francinópolis, tendo como objeto a implantação de sistema de abastecimento de água em comunidade rural no aludido município.

Realizada a análise preliminar de aferição dos pressupostos essenciais ao seu conhecimento, verifiquei o não cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 226 c/c o art. 236, ambos da Resolução TCE/PI nº 13/11 (Regimento Interno do TCE/PI), abaixo transcritos:

Art. 226. A denúncia recebida pelo Tribunal de Contas será encaminhada à Ouvidoria, que fará sua distribuição ao relator, que, nos casos previstos neste Regimento, a submeterá ao respectivo órgão colegiado, conforme disposto no art. 32, §1º da Lei nº 5.888/2009.

Parágrafo único. O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.

Art. 236. Aplicam-se à representação, no que couber, os procedimentos previstos para a denúncia, excetuando-se, em especial, o sigilo da autoria.

Assim, decido pelo não conhecimento da presente Representação.

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento.

Teresina (PI), 02 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Alisson Felipe de Araújo

PROCESSO: TC/001494/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

INTERESSADA: GEOVANIA MARIA RODRIGUES LURA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TERESINA – IPMT

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 292/19 – GJV

Trata-se de APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS concedida à servidora GEOVANIA MARIA RODRIGUES LURA, CPF nº 343.157.563-34, ocupante do cargo de Professor de Segundo Ciclo, Classe “A”, nível “I”, Matrícula nº 003725, regime estatutário do quadro permanente, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, com arrimo no art. 6º e 7º da EC nº 41/03, c/c o art. 2º da EC nº 47/05.

Considerando a consonância das informações apresentadas pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peças 03) com o Parecer Ministerial (Peça 04) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA Nº 988/2018, concessiva da aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: Vencimentos, de acordo com a Lei Municipal nº 2.972/2001 (com alterações posteriores, em especial pela Lei Complementar Municipal nº 3.951/2009), c/c a Lei Municipal nº 5.199/18, no valor de R\$ 6.479,03; Gratificação de Incentivo a Docência, nos termos do art. 36, da Lei Municipal nº 2.972/2001 (com nova redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 3.951/09), c/c a Lei Mun. nº 5.199/18, no valor de R\$ 1.375,10; Incentivo por Titulação, de acordo com o art. 36, da Lei Municipal nº 2.972/2001 (com alterações posteriores, em especial pela Lei Municipal nº 4.141/11), c/c a Lei Mun. nº 5.199/2018, no valor de R\$ 647,90. Proventos a Receber R\$ 8.502,03 (OITO MIL QUINHENTOS E DOIS REAIS E TRÊS CENTAVOS).

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 07 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Jackson Nobre Veras  
Conselheiro Substituto - Relator

PROCESSO: TC/003818/2018

# DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

INTERESSADO: FRANCISCO PEREIRA DE ANDRADE.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE.

PROCURADOR: LEANDRO MARCIEL DO NASCIMENTO

DECISÃO Nº 298/19 - GJV

Trata-se de Pensão por Morte em favor de FRANCISCO PEREIRA DE ANDRADE, CPF nº 036.204.763-49, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada MARIA UITA MENDES DE ANDRADE, CPF nº 227.606.443-91, matrícula nº 0611492, servidora inativa do cargo de Agente Operacional de Serviços, nível A, classe I, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, ocorrido em 02/05/2017.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP com o parecer ministerial, DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a Portaria GP Nº 2.304/2017, concessiva da pensão por morte ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: Vencimento (Lei Estadual Nº 6.856/16 de 19 de julho de 2016) no valor de R\$ 880,00; Gratificação Adicional (LC Nº 13/94 c/c LC Nº 33/03) no valor de R\$ 24,15; Complemento Salário Mínimo (art. 7º, inciso VII CF/88) no valor de R\$ 32,85, totalizando R\$ 937,00 (NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS), com a garantia de percepção do salário mínimo conforme art. 7º, IV da Constituição Federal.

Encaminhem-se a Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS  
Conselheiro Substituto  
RELATOR

PROCESSO: TC/006896/2017

# DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO: GENÉSIO PEDRO DE SOUSA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 294/19 - GJV

Trata-se de Pensão por Morte em favor de GENÉSIO PEDRO DE SOUSA, CPF nº 552.588.243-49, na condição de cônjuge, devido ao falecimento da ex – segurada RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA, CPF nº 159.529.403-15, matrícula nº 055141-4, servidora inativa no cargo de Agente Operacional de Serviço, Classe I, Padrão D, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação, ocorrido em 25/09/2014.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (Peça 03) com o parecer ministerial (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução TCE/PI nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA Nº 1215/2016/SUPREV/SEADPREV, concessiva da pensão por morte ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “a”, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: parcelas: 22/30 do Vencimento R\$ 739,00 (Lei nº Compl. 6557/14) no valor de R\$ 541,93; Adicional de Tempo de Serviço (Lei Compl. Nº 13/94 c/c LC nº 033/03) no valor de R\$ 37,18; Complemento do Salário Mínimo (art. 7º, inciso VII CF/88) no valor de R\$ 144,89, totalizando R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com a garantia de percepção do salário mínimo, conforme art. 7º, IV, da CF/88.

Encaminhem-se à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Jackson Nobre Veras  
Conselheiro Substituto  
Relator

PROCESSO: TC/015437/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS.

INTERESSADO: LUIZA SOCORRO SILVA CARMO.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 297/19 - GJV

Trata-se de APOSENTADORIA POR IDADE concedida à servidora LUIZA SOCORRO SILVA CARMO CPF nº 473.819.223-04, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe A, Nível IV, matrícula nº 519-1, lotada na Prefeitura Municipal de Valença do Piauí com arrimo no art. 6º e 7º da EC nº 41/03 e art. 23 da Lei Municipal nº 1.254/17 cujos requisitos foram devidamente implementados.

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 3) com o Parecer Ministerial (peça 4) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA Nº 012/2019, concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: I- Vencimento, conforme a Lei Municipal nº 861/97, no valor de R\$ 1.166,85. Totalizando o quantum de R\$ 1.166,85 (MIL CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Encaminhem-se a Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

JACKSON NOBRE VERAS  
Conselheiro Substituto  
RELATOR

PROCESSO: TC/015857/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS.

INTERESSADO: IRANI CARDOSO NASCIMENTO.

ÓRGÃO DE ORIGEM: IPMP - INST. DE PREV. DO MUNICÍPIO DE PARNAIBA

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 296/19 - GJV

Trata-se de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais concedida à servidora IRANI CARDOSO NASCIMENTO, CPF nº 342.095.223-68, matrícula nº 11559-1, ocupante do cargo de Professora 40 horas, Classe SE, Nível VIII, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba-PI, com fundamento no art. 40, § 1º, III, “a” e art. 6º da EC nº 41/03 e art. 40, § 5º da CF/88 e no art. 39, III, § 1º da Lei Municipal nº 2.192/05..

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFAP (peça 3) com o Parecer Ministerial (peça 4) DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno JULGAR LEGAL a PORTARIA Nº 1955/2019, concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos mensais compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento (R\$ 5.963,54) – art. 2º da Lei Municipal nº 2.701/12 c/c o anexo IV da Lei Municipal nº 2.560/10; b) Gratificação por Tempo de Serviço (R\$ 1.490,89) – art. 73 da Lei Municipal nº 1.366/92 e c) Gratificação de Regência (R\$ 1.192,14) – art. 65 da Lei Municipal nº 2.560/10. TOTAL R\$ 8.647,14 (OITO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

Encaminhem-se a Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.



Teresina (PI), 08 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)  
JACKSON NOBRE VERAS  
Conselheiro Substituto - RELATOR

PROCESSO: TC/017048/2019

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: DENÚNCIA VIA OUVIDORIA

DENUNCIANTES: RUDYFRAN FERREIRA DA SILVA E LUIZ ROCHA SOBRINHO – VEREADORES  
DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

DENUNCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE – PI

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS.

DECISÃO Nº 289/19 - GJV

Trata-se de Denúncia apresentada a este Tribunal, via Ouvidoria, pelos Srs. Rudyfran Ferreira da Silva e Luiz Rocha Sobrinho, Vereadores do Município de Amarante, em face da Prefeitura Municipal de Amarante – PI.

Realizada a análise preliminar de aferição dos pressupostos essenciais ao seu conhecimento, verifiquei o não cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 226 da Resolução TCE/PI nº 13/11 (Regimento Interno do TCE/PI), abaixo transcrito:

Art. 226. A denúncia recebida pelo Tribunal de Contas será encaminhada à Ouvidoria, que fará sua distribuição ao relator, que, nos casos previstos neste Regimento, a submeterá ao respectivo órgão colegiado, conforme disposto no art. 32, §1º da Lei nº 5.888/2009.

Parágrafo único. O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível,

documentação comprobatória. (negritei).

Assim, decido pelo não conhecimento da presente Denúncia.

Determino, ainda, o encaminhamento da peça de denúncia à DFAM para as providências que entender cabíveis no âmbito da fiscalização.

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento.

Teresina (PI), 03 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

Jackson Nobre Veras

Conselheiro Substituto

Relator

PROCESSO: TC Nº 000.263/18

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 190/2019 - AP

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA Nº 2.704/2018, DE 08/10/2018.

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. ANTÔNIO CARLOS SÁ

*Estado do Piauí. Fundação Piauí Previdência. Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro. Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais do Sr. Antônio Carlos Sá.*

## 1 - RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais do Sr. Antônio Carlos Sá, CPF nº. 095.746.703-68, ocupante do Cargo de Farmacêutico, Classe “III”, Padrão “E”, matrícula nº. 021007-2, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito do requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da aposentadoria referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da aposentadoria, face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2- DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da aposentadoria abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

O interessado demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Por esse motivo, tem o direito à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, a qual possui fundamento no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº. 47/05.

Demonstrado o direito à aposentadoria, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 2.704/2018 - expedida em oito de outubro de dois mil e dezoito, publicada no DO nº 211 de doze de novembro de dois mil e dezoito, os proventos da aposentadoria correspondem a R\$ 4.925,47 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 4.913,39 (Lei nº 6.201/12 c/c Lei nº. 6.933/16), b) VPNI R\$ 12,08 (Lei nº. 6.201/12).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais - Portaria nº. 2.704/2018 - no valor mensal de R\$ 4.925,47 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos) mensais ao Sr. Antônio Carlos Sá, CPF nº. 095.746.703-68, ocupante do Cargo de Farmacêutico, Classe “III”, Padrão “E”, matrícula nº. 021007-2, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, sete de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE  
Conselheiro Substituto Alisson F. de Araújo  
Relator

PROCESSO: TC Nº 004.064/15

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 191/2019 - AP

ASSUNTO: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA Nº 10/2019, DE 26/02/2019.

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADA: SRª. ENGRÁCIA DOS SANTOS SOUSA RODRIGUES

*Município de Pedro II. Prefeitura Municipal. Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro. Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Srª. Engrácia dos Santos Sousa Rodrigues.*

## 1 - RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais da Srª. Engrácia dos Santos Sousa Rodrigues, CPF nº. 199.759.453-68, matrícula nº. 467-1, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Pedro II.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito da requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da aposentadoria referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da aposentadoria, face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2 - DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de

proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da aposentadoria abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

A interessada demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Por esse motivo, tem o direito à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, a qual possui fundamento no art. 40, § 1º, III, alínea “a” da CF/88, de acordo com o art. 6º da EC nº. 41/03.

Demonstrado o direito à aposentadoria, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 10/2019 - expedida em vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezenove, publicada no DOM nº MMMDCCLXXV de primeiro de março de dois mil e dezenove, os proventos da aposentadoria correspondem a R\$ 2.985,14 (dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 2.985,14 (Lei Municipal nº 1.134/12).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/09 c/c os arts. 197, II; 372, II e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas, julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais - Portaria nº. 10/2019 - no valor mensal de R\$ 2.985,14 (dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) mensais à Srª. Engrácia dos Santos Sousa Rodrigues, CPF nº. 199.759.453-68, matrícula nº. 467-1, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Pedro II.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, sete de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE

Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo

Relator

PROCESSO: TC Nº. 000.725/17

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 072/2019 – PS

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA Nº. 1.098/2016, DE 29/09/2016

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. BENEDITO PEREIRA

*Estado do Piauí. Secretaria de Administração e Previdência. Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro. Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Pensão por Morte do Sr. Benedito Pereira.*

## 1- RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte requerida pelo Sr. Benedito Pereira, CPF nº. 342.468.193-87, por si, devido ao falecimento de sua esposa, Srª. Maria do Rosário Almeida Pereira, CPF nº. 077.460.833-15, servidora inativa do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, no cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe I, Padrão B, ocorrido em treze de março de dois mil e quatorze.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito do requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da pensão referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da pensão face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2- DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da pensão abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

O interessado demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Portanto, faz jus à concessão do mesmo.

Demonstrado o direito à pensão, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria nº. 1.098/2016 - expedida em vinte e nove de setembro de dois mil e dezesseis, publicada no DO nº 224 de dois de dezembro de dois mil e dezesseis, os proventos da pensão correspondem R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais, compostos pela seguinte parcela: a) Vencimento R\$ 724,00 (Lei Federal nº 10.887/04).

O valor da pensão deve corresponder ao valor do salário mínimo vigente.

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/11 c/c os arts. 197, IV; 372, I e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Pensão por Morte - Portaria nº. 1.098/2016 - no valor mensal de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais requerida pelo Sr. Benedito Pereira, CPF nº. 342.468.193-87, por si, devido ao falecimento de sua esposa, Srª. Maria do Rosário Almeida Pereira, CPF nº. 077.460.833-15, servidora inativa do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, no cargo de Agente Técnico de Serviços, Classe I, Padrão B, ocorrido em treze de março de

dois mil e quatorze.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, sete de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE  
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo  
Relator

PROCESSO: TC Nº. 018.296/17

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 073/2019 – PS

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA Nº. 1.244/2017, DE 28/06/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. OSVALDO BARBOSA DA COSTA

*Estado do Piauí. Fundação Piauí Previdência. Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro. Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato concessório de Pensão por Morte do Sr. Osvaldo Barbosa da Costa.*

## 2- RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte requerida pelo Sr. Osvaldo Barbosa da Costa, CPF nº. 144.508.361-20, por si, devido ao falecimento de sua esposa, Srª. Cleonildes Gomes Leal Costa, CPF nº. 182.679.713-00, matrícula nº. 068744-8, servidora inativa no cargo de Professora 20 horas, Classe B, Nível IV, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do

Piauí, ocorrido em sete de abril de dois mil e quinze.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito do requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da pensão referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da pensão face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2 - DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da pensão abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

O interessado demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Portanto, faz jus à concessão do mesmo.

Demonstrado o direito à pensão, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria GP nº. 1.244/2017 - expedida em vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, publicada no DO nº 139 de vinte e seis de julho de dois mil e dezessete, os proventos da pensão correspondem R\$ 1.317,34 (um mil, trezentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Vencimento R\$ 1.226,73 (Lei nº 6.644/15), b) Adicional por Tempo de Serviços R\$ 90,61 (Lei nº. 4.212/88 c/c Lei nº. 33/03).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.



Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/11 c/c os arts. 197, IV; 372, I e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Pensão por Morte - Portaria GP nº. 1.244/2017 - no valor mensal de R\$ 1.317,34 (um mil, trezentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos) mensais requerida pelo Sr. Osvaldo Barbosa da Costa, CPF nº. 144.508.361-20, por si, devido ao falecimento de sua esposa, Srª. Cleonildes Gomes Leal Costa, CPF nº. 182.679.713-00, matrícula nº. 068744-8, servidora inativa no cargo de Professora 20 horas, Classe B, Nível IV, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, ocorrido em sete de abril de dois mil e quinze.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, sete de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE  
Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo  
Relator

PROCESSO: TC Nº. 003.064/18

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 074/2019 - PN

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP Nº. 2.300/2017, DE 06/12/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SRª. AMÉLIA FÉLIX DOS SANTOS

*Estado do Piauí. Fundação Piauí Previdência.  
Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro.  
Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato  
concessório de Pensão por Morte da Srª. Amélia*

*Félix dos Santos.*

## 1 - RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte requerida pela Srª. Amélia Félix dos Santos, CPF nº. 362.203.453-04, por si, devido ao falecimento de seu esposo, Sr. Francelino Félix dos Santos, CPF nº. 096.995.623-15, matrícula nº. 0547310, servidor inativo no cargo de Agente Operacional de Serviços, Nível C, Classe I, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, ocorrido em dez de março de dois mil e dezessete.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito da requerente e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da pensão referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da pensão face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2 - DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da pensão abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

A interessada demonstrou o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Portanto, faz jus à concessão do mesmo.

Demonstrado o direito à pensão, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria GP nº. 2.300/2017 - expedida em seis de dezembro de dois mil e dezessete, publicada no DO nº 18 de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezoito, os proventos da pensão correspondem R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais, compostos pelas seguintes

parcelas: a) Vencimentos (Proporcional 7/35) R\$ 178,29 (Lei Estadual nº 6.856/16), b) Complemento Salário Mínimo R\$ 758,71 (art. 7º, VII da CF/88).

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/11 c/c os arts. 197, IV; 372, I e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Pensão por Morte - Portaria GP nº. 2.300/2017 - no valor mensal de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais requerida pela Srª. Amélia Félix dos Santos, CPF nº. 362.203.453-04, por si, devido ao falecimento de seu esposo, Sr. Francelino Félix dos Santos, CPF nº. 096.995.623-15, matrícula nº. 0547310, servidor inativo no cargo de Agente Operacional de Serviços, Nível C, Classe I, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação do Estado do Piauí, ocorrido em dez de março de dois mil e dezessete.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, sete de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE

Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo - Relator

PROCESSO: TC Nº. 017.016/19

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 014/2019 - DN

ASSUNTO: DENÚNCIA

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ

RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DENUNCIANTE: SRA. JOELMA RODRIGUES DOS REIS SILVA - PRESIDENTE DA CÂMARA DE CAMPINAS DO PIAUÍ

DENUNCIADO: SR. ERIVALDO DE SOUSA PRIMO - EX- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Vistos, etc...

Trata-se de Denúncia apresentada pela Sra. Joelma Rodrigues dos Reis Silva, Presidente da Câmara Municipal de Campinas do Piauí, exercício financeiro de 2019, contra o ex - presidente dos exercícios financeiros de 2017 a 2018 Sr. Erivaldo de Sousa Primo.

Alega a denunciante que no dia 17/07/2019 foi comunicada pelo TCE/PI sobre a inadimplência das contas da Câmara Municipal de Campinas do Piauí do mês de dezembro de 2018, em relação a documentação Web que trata de Parecer do Controlador.

Argumenta que o Sr. Erivaldo de Sousa, presidente da Câmara a época, exonerou o controlador e tal fato acarretou no inadimplemento perante o TCE/PI com consequente bloqueio das contas da Câmara Municipal de Campinas do Piauí.

Examinando os autos, verifico que a denúncia caracteriza-se como pedido de desbloqueio das contas da Câmara Municipal de Campinas do Piauí, considerando que não houve exposição clara dos fatos ensejadores da presente denúncia, nem apresentação de provas capazes de subsidiá-la.

Portanto, como que não foram atendidas as exigências constantes no art. 226, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, NEGÓ ADMISSIBILIDADE a presente Denúncia.

Encaminhem-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara desta Corte de Contas, a fim de publicar esta decisão no Diário Eletrônico do TCE PI. Após trânsito em julgado, archive-se.

Teresina (PI), 08 de outubro de 2019.

ASSINADO DIGITALMENTE

Cons. Subs. Alisson Felipe de Araújo - Relator

PROCESSO: TC Nº. 017.464/17

ATO PROCESSUAL: DM Nº. 075/2019 – PS

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ATO SUBMETIDO À APRECIÇÃO: PORTARIA GP Nº. 1.562/2017, DE 22/06/2017

ÓRGÃO/ENTIDADE DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

INTERESSADO: SR. ÁLVARO DE SOUSA VALE

*Estado do Piauí. Fundação Piauí Previdência. Apreciação de legalidade de ato sujeito a registro. Análise técnica circunstanciada. REGISTRO do ato*

*concessório de Pensão por Morte do Sr. Álvaro de Sousa Vale.*

## 1- RELATÓRIO

Trata-se de apreciação da legalidade de ato concessório de Pensão por Morte requerida pelo Sr. Álvaro de Sousa Vale, nascido em 11/01/98, CPF nº. 064.609.153-00, por si e por seus irmãos menores de 21 anos, Maria Eduarda de Sousa Vale, nascida em 24/06/01, CPF nº. 082.034.043-08 e Maria Clara de Sousa Vale, nascida em 24/06/01, CPF nº. 082.033.833-86, em razão do falecimento do servidor, Sr. Valdir Mendonça do Vale, CPF nº. 470.382.763-87, servidor na ativa do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, na patente de Cabo, ocorrido em sete de março de dois mil e dezessete.

O processo de fiscalização sub examine, regularmente autuado, foi encaminhado à Divisão de Aposentadorias e Pensões - unidade técnica da Secretaria do Tribunal responsável pela instrução dos processos de apreciação de legalidade de atos sujeitos a registro.

Em sua análise, a Divisão de Aposentadorias e Pensões informou, inicialmente, que o caderno processual atendeu ao disposto na Resolução TCE nº 2.782/96. Informou, ainda, o direito dos requerentes e a exatidão dos cálculos das parcelas que compõem os proventos da pensão referente ao benefício pleiteado, conforme consta do relatório de instrução.

Concluída a instrução, o processo de fiscalização foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que, após análise, opinou, mediante parecer, pelo registro do ato concessório da pensão face à observância dos requisitos legais necessários à fruição do benefício e à inexistência de vícios que impeçam sua concessão.

É, em síntese, o relatório.

## 2 - DECISÃO MONOCRÁTICA

A apreciação pela Corte de Contas Estadual, dos atos de admissão de pessoal, de concessão de aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada, de concessão de pensão e de revisão de proventos, nos termos do art. 86, III, da Constituição Estadual c/c art. 2º, IV, da Lei Estadual nº. 5.888/09, constitui-se numa deliberação de natureza técnica com finalidade de analisar, no exercício da função fiscalizadora, a legalidade atos administrativos supracitados.

A análise do ato concessório da pensão abrange a comprovação do direito do interessado, por meio do atendimento dos requisitos necessários, bem como a verificação da legalidade das parcelas componentes dos proventos concedidos.

Os interessados demonstraram o implemento do requisito necessário à obtenção do benefício. Portanto, fazem jus à concessão do mesmo.

Demonstrado o direito à pensão, resta a análise das parcelas que compõem os proventos, que se acham constituídas dos valores inerentes à remuneração do cargo efetivo.

Conforme consta do Ato concessório - Portaria GP nº. 1.562/2017 - expedida em vinte e dois de junho de dois mil e dezessete, publicada no DO nº 132 de dezessete de julho de dois mil e dezessete, os proventos da pensão correspondem R\$ 3.197,74 (três mil, cento e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos) mensais, compostos pelas seguintes parcelas: a) Subsídio R\$ 3.150,00 (Lei nº 6.173/12), b) VPNI R\$ 47,74 (Lei nº. 6.173/12), a ser rateado entre os interessados, no valor de R\$ 799,44 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) para cada requerente.

Tal composição obedece aos dispositivos legais que regem a matéria, mormente os diplomas supramencionados, inexistindo, dessa forma, erro nos cálculos efetuados.

Convém ressaltar que o Sr. Álvaro de Sousa Vale fez jus à percepção do referido benefício entre a data do requerimento da pensão em 30/03/2017 e a data em que implementou 21 anos de idade em 11/01/19. Atualmente, não mais faz jus ao benefício em razão de ter alcançado a maior idade previdenciária.

Deve-se ainda mencionar que o benefício em exame também foi requerido por João Arthur Marques do Vale, menor de 21 anos, nascido em 03/07/13, CPF nº. 082.033.623-89, por meio de sua genitora, Srª. Larisse Marques Costa Sousa, no Processo Administrativo Virtual nº. 2017.07.0932P.

Ante o exposto, Decido, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº. 5.888/11 c/c os arts. 197, IV; 372, I e 373, § 1º, da Resolução TCE-PI nº. 13/11 (RI TCE-PI), e em consonância com o Parecer do Ministério Público de Contas julgar legal e autorizar o registro do ato que concede Pensão por Morte - Portaria GP nº. 1.562/2017 no valor mensal de R\$ 3.197,74 (três mil, cento e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos) mensais, a ser rateado entre os interessados, requerida pelo Sr. Álvaro de Sousa Vale, nascido em 11/01/98, CPF nº. 064.609.153-00, por si e por seus irmãos menores de 21 anos, Maria Eduarda de Sousa Vale, nascida em 24/06/01, CPF nº. 082.034.043-08 e Maria Clara de Sousa Vale, nascida em 24/06/01, CPF nº. 082.033.833-86, em razão do falecimento do servidor, Sr. Valdir Mendonça do Vale, CPF nº. 470.382.763-87, servidor na ativa do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Piauí, na patente de Cabo, ocorrido em sete de março de dois mil e dezessete.

Adote, a Secretaria da Segunda Câmara, as seguintes providências:

Proceder à publicação da Decisão Monocrática;

Aguardar prazo recursal;

Encerrar a tramitação processual.

Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Gabinete do Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em Teresina - PI, oito de outubro de dois mil e dezenove.

ASSINADO DIGITALMENTE

Conselheiro-Substituto Alisson F. de Araújo - Relator

**Pautas de Julgamento**

SESSÃO DA PRIMEIRA CÂMARA (ORDINÁRIA)

15/10/2019 (TERÇA-FEIRA) - 9:00h

PAUTA DE JULGAMENTO - Nº: 038/2019

**CONS. LUCIANO NUNES**

QTDE. PROCESSOS - 02 (dois)

PRESTAÇÕES DE CONTAS

TC/003010/2016

**PRESTAÇÃO DE CONTAS****(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)**

Interessado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal Unidade Gestora: P. M. DE MIGUEL ALVES Referências Processuais: CONTINUAÇÃO DE JULGAMENTO - Processo relatado e discutido. Pendente de votação. Dados complementares: Processo(s) Apensado(s) - TC/017288/2016 - Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que até a presente data o gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as prestações de contas mensais alusivas aos meses de janeiro a junho, essenciais a análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Ronney Irlan Lima Soares (OAB/PI nº 7.649) - (Procuração: Presidente da Câmara Municipal - fl. 07 da peça 14). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 309/2017 (peça 26). TC/012961/2016 - Representação Cumulada

com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que até a presente data o gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas todos os documentos que compõem “Anual Inicial” e prestações de contas mensais alusivas aos meses de janeiro a março, essenciais ao início da análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Ronney Irlan Lima Soares (OAB/PI nº 7.649) - (Procuração: Presidente da Câmara Municipal - fl. 07 da peça 21). TC/018954/2016 - Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que até a presente data o gestor não encaminhou a este Tribunal de Contas todos os documentos que compõem as prestações de contas mensais alusivas aos meses de janeiro a julho (SAGRES Contábil, SAGRES Folha e Documentação WEB) essenciais ao início da análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 979/17 (peça 33). TC/021203/2016 - Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que até a presente data o gestor da Câmara Municipal de Miguel Alves não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem as prestações de contas mensais alusivas aos meses de janeiro a agosto (SAGRES Contábil, SAGRES Folha e Documentação Web), essenciais a análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 980/17 (peça 29). TC/002040/2017 - Denúncia sobre supostas irregularidades na administração municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora

Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal/Denunciada - fl. 03 da peça 11). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 2.325/2017 (peça 25). TC/004946/2016 - Denúncia sobre supostas irregularidades no procedimento licitatório Tomada de Preços nº 002/2016 da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rego Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal/Denunciada - fl. 05 da peça 07). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 2.606/2017 (peça 19). TC/019789/2016 - Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars” referente a irregularidades na transição da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 08 da peça 31). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 3.029/2017 (peça 44). TC/002132/2017 - Denúncia sobre supostas irregularidades na administração de pessoal e aplicação dos recursos da Educação por parte da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 04 da peça 16). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 2.965/2017 (peça 31). TC/004730/2016 - Denúncia sobre supostas irregularidades na administração municipal da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 07 da peça 10). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº

2.966/2017 (peças 25 e 26). Processo Apensado: TC/005364/2016 - Denúncia sobre supostas irregularidades na administração municipal da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 04 da peça 07). Julgamento(s): Acórdão TCE/PI nº 2.966-A/2017 (peça 21). TC/012095/2016 - Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar, referente a irregularidades na administração da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 01 da peça 08). Julgamento(s): Decisão Monocrática nº 108/2018 - GLN (peça 22). TC/012093/2016 - Representação sobre supostas irregularidades em procedimentos licitatório no âmbito da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outro - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 06 da peça 07). Julgamento(s): Decisão Monocrática nº 113/2018 - GLN (peça 22). TC/002039/2017 - Denúncia sobre supostas irregularidades no aumento do subsídios dos vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito em violação à Lei Complementar nº 101/2000 por parte da administração municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Denunciado(s): Maria Salete Rêgo Medeiros Pereira da Silva - Prefeita Municipal e Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Advogado(s) do(s) Denunciado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) e outros - (Procuração: Prefeita Municipal - fl. 03 da peça 18); Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) - (Procuração: Presidente da Câmara Municipal - fl. 03 da peça 23). Julgamentos:

Acórdãos TCE/PI nºs 2.603/2017 (peça 34) e 670/2019 (peça 52). Processo(s) Apensado(s): TC/023096/2017 - Recurso de Reconsideração da Prefeitura Municipal de Miguel Alves-PI (exercício financeiro de 2016). Recorrente(s): Miguel Borges de Oliveira Júnior - Prefeito Municipal. Advogado(s) do(s) Recorrente(s): Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) - (Procuração: Prefeito Municipal - fl. 02 da peça 03). Julgamento(s): Decisão Monocrática nº 365/2017-GKB (peça 06) e Acórdão TCE/PI nº 028/2018 (peça 15). Processo(s) Apensado(s): TC/023294/2017 - Recurso de Reconsideração da Denúncia contra a Câmara Municipal de Miguel Alves (exercício financeiro de 2016). Recorrente(s): Manoel Sousa Fontinele - Presidente da Câmara Municipal. Advogado(s) do(s) Recorrente(s): Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) - (Procuração: Presidente da Câmara Municipal - fl. 01 da peça 03). Julgamento(s): DM nº 369/2017-GKB (peça 06). RESPONSÁVEL: MARIA SALETE RÊGO MEDEIROS PEREIRA DA SILVA - PREFEITURA (PREFEITO(A)) Sub-unidade Gestora: P. M. DE MIGUEL ALVES Advogado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) (Procuração - fl. 12 da peça 43) RESPONSÁVEL: JILTON VITORINO DE FRANÇA - FUNDEB (GESTOR (A)) Sub-unidade Gestora: FUNDEB DE MIGUEL ALVES Advogado(s): Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI nº 7.332) (Sem procuração nos autos) RESPONSÁVEL: MANOEL SOUSA FONTINELE - CÂMARA (PRESIDENTE(A)) Sub-unidade Gestora: CAMARA DE MIGUEL ALVES Advogado(s): Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) (Procuração - fl. 07 da peça 47)

TC/003068/2016

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016)**

Interessado(s): Elson Silva de Sousa - Prefeito Municipal Unidade Gestora: P. M. DE SAO JOAO DA CANABRAVA Referências

Processuais: Advogado: Marcos Patrício Nogueira Lima (OAB/PI nº 1.973) e outros - (Procuração: Empresa RB de Souza Ramos - Representante Legal Renzo Bahury de Souza Ramos - OAB/PI nº 8.435 - fl. 02 da peça 57). Dados complementares: Processo(s) Apensado(s) - TC/011316/2016 - Representação diante do descumprimento dos preceitos legais constantes na Lei Nacional de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por parte da Prefeitura Municipal de São João da Canabrava-PI (exercício financeiro de 2016). representado(s): Elson Silva de Sousa - Prefeito Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Marcelo Vitor Coutinho Patrício Nogueira (OAB/PI nº 7.506) e outros - (Procuração: Prefeito Municipal - fl. 04 da peça 08). TC/004421/2016 - Representação sobre supostas irregularidades na Administração Municipal - inadimplência junto a Companhia Energética do Piauí S/A (Eletrobrás - Distribuição Piauí), por parte da Prefeitura Municipal de São João da Canabrava-PI (exercício financeiro de 2016). Representado(s): Elson Silva de Sousa - Prefeito Municipal. Advogado(s) do(s) Representado(s): Marcelo Vitor Coutinho Patrício Nogueira (OAB/PI nº 7.506) e outros - (Procuração: Prefeito Municipal - fl. 05 da peça 07). RESPONSÁVEL: ELSON SILVA DE SOUSA - PREFEITURA (PREFEITO(A)) Sub-unidade Gestora: P. M. DE SAO JOAO DA CANABRAVA Advogado(s): Abel Escórcio Filho (OAB/PI nº 13.408) e outro (Procuração - fl. 124 da peça 30) RESPONSÁVEL: ELIZÂNGELA DOS SANTOS CHAGAS - FUNDEB (GESTOR(A)) Sub-unidade Gestora: FUNDEB DE SAO JOAO DA CANABRAVA Advogado(s): Abel Escórcio Filho (OAB/PI nº 13.408) e outro (Procuração - fl. 07 da peça 31) RESPONSÁVEL: FRANCISCA ENEIDE SILVA DE SOUSA - FMS (GESTOR(A)) Sub-unidade Gestora: FMS DE SAO JOAO DA CANABRAVA Advogado(s): Abel Escórcio Filho (OAB/PI nº 13.408) e outro (Procuração - fl. 06 da peça 32) RESPONSÁVEL: VALTER MANOEL DA SILVA - CÂMARA (PRESIDENTE(A)) Sub-unidade Gestora: CAMARA DE SAO JOAO DA CANABRAVA



**CONS. OLAVO REBÊLO**

QTDE. PROCESSOS - 03 (três)

**PRESTAÇÕES DE CONTAS**

TC/006123/2017

**PRESTAÇÃO DE CONTAS  
(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017)**

Interessado(s): Edmar José de Figueiredo - Diretor; e Nazaré da Silva - Chefe de Serviço Financeiro Unidade Gestora: HOSP. REG. SENADOR DIRCEU ARCOVERDE / URUCUI Referências Processuais: CONTINUAÇÃO DE JULGAMENTO - Processo relatado. Discutido. Emitido o voto do Relator. RESPONSÁVEL: EDMAR JOSÉ DE FIGUEIREDO - HOSPITAL (DIRETOR(A)) Sub-unidade Gestora: HOSP. REG. SENADOR DIRCEU ARCOVERDE / URUCUI Advogado(s): José Maria de Araújo Costa (OAB/PI nº 6.761) (Procuração: Diretor - fl. 02 da peça 39)

TC/006107/2017

**PRESTAÇÃO DE CONTAS  
(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017)**

Interessado(s): Georgia Ferreira Martins Nunes - Procuradora Geral Unidade Gestora: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE TERESINA RESPONSÁVEL: GEORGIA FERREIRA MARTINS NUNES - PROCURADORIA (PROCURADOR(A) GERAL) Sub-unidade Gestora: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE TERESINA Advogado(s): Giovana Ferreira Martins Nunes Santos (OAB/PI nº 3.646) (Sem procuração nos autos: Procuradora Geral) RESPONSÁVEL: GEORGIA FERREIRA MARTINS NUNES -

FUNDO ESPECIAL DE HONORÁRIOS (GESTOR(A)) Sub-unidade Gestora: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE TERESINA Advogado(s): Giovana Ferreira Martins Nunes Santos (OAB/PI nº 3.646) (Sem procuração nos autos: Procuradora Geral)

**REPRESENTAÇÃO**

TC/012672/2019

**REPRESENTAÇÃO (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018)**

Interessado(s): Salvador Borges de Oliveira - Presidente da Câmara Municipal/Representado Unidade Gestora: CAMARA DE PRATA DO PIAUI Objeto: Representação Cumulada com Pedido de Medida Cautelar “Inaudita Altera Pars”, referente ao fato de que até a presente data, notadamente em atendimento ao que dispõe a Resolução TCE nº 18/2016, foram constatadas pendências nas Prestações de Contas.

**CONS. SUBST. JAYLSON CAMPELO**

QTDE. PROCESSOS - 02 (dois)

**PRESTAÇÕES DE CONTAS**

TC/006085/2017

**PRESTAÇÃO DE CONTAS  
(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017)**

Interessado(s): Ricardo Bandeira Lopes - Secretário Unidade Gestora: SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDARIA DE TERESINA RESPONSÁVEL: RICARDO BANDEIRA LOPES - SECRETARIA (SECRETÁRIO(A)) Sub-unidade Gestora: SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDARIA DE TERESINA RESPONSÁVEL: RICARDO BANDEIRA LOPES - FUNDO (GESTOR (A)) Sub-

unidade Gestora: FUNGER-FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DE TERESINA

**CONTAS ANUAIS DO MUNICIPIO**

TC/007202/2018

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - CONTAS DE GOVERNO  
(EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017)**

Interessado(s): Maria José de Sousa Moura - Prefeita Municipal Unidade Gestora: P. M. DE SANTANA DO PIAUI RESPONSÁVEL: MARIA JOSÉ DE SOUSA MOURA - PREFEITURA (PREFEITO(A)) Sub-unidade Gestora: P. M. DE SANTANA DO PIAUI Advogado(s): Erico Malta Pacheco (OAB/PI nº 3.906) e outros (Procuração - fl. 11 da peça 28)

**TOTAL DE PROCESSOS - 07 (sete)**